

06/11/2019

Grande Imprensa

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Desafios do Enem](#)

[PEC soma recursos obrigatórios para saúde e educação](#)

[Recuos de Guedes mostram resistências de Bolsonaro e Congresso a propostas do ministro](#)

[Governo apresenta proposta que autoriza corte de jornada e salário de servidores](#)

[Unifesp cria campus na zona leste de SP; geografia será 1º curso a abrir vagas em 2020](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Proposta de Guedes muda lógica dos gastos públicos](#)

[Para pesquisadores, só informação anula discurso de ódio](#)

[Unifesp aprova primeiras vagas para graduação na zona leste.](#)

**O GLOBO - RJ**

[Mexendo nas estruturas](#)

[Proposta para mudar a cultura fiscal do país](#)

[GASTOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO UNIFICADOS DIVISÃO DOS 37% CABERIA AO GOVERNADOR](#)

[Ministro e acadêmicos elogiam artigo de deputados](#)

**VALOR ECONÔMICO - SP**

[Unificação de gastos para saúde e educação divide governos estaduais](#)

Agências de notícias e sites

**AGÊNCIA GLOBO**

[EaD, parte 6: governo do PT não avaliou modalidade como deveria, diz ex-ministro de Dilma](#)

**AGÊNCIA ESTADO**

[É preciso vontade política para priorizar a Educação, diz Caio Callegari](#)

**G1**

[Audiência pública discute adesão e impactos do Future-se para Viçosa e região](#)

**TERRA**

[Unifesp abre curso de Geografia em câmpus da zona leste criado em 2014](#)

[UNISAL amplia horizontes e chega a cidade de Piracicaba](#)

**UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Não podemos abrir mão de bons professores](#)

Agências de notícias e sites

**AGÊNCIA GLOBO**

[Marcos Pontes elogia iniciativa de deputados: artigo demonstra que Ciência e](#)

[Tecnologia é programa de Estado, diz](#)

[Comunidade acadêmica elogia defesa por deputados de mais investimento em ciência, tecnologia e educação](#)

**IMIRANTE**

[Abertas as inscrições para o Prêmio Capes Talento Universitário](#)

**R7**

[Edital aberto para bolsa de doutorado na Alemanha](#)

[Fies tem novo prazo e pode ser renovado até 30 de novembro](#)

**UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Governo abandona ideia de "Lava Jato da Educação"](#)

**Revistas**

**ISTOÉ DINHEIRO - SP**

[O novo tempo da educação bilíngue](#)

## **Agências de notícias e sites**

### **CORREIO DO SUL - MG**

[Processo seletivo da Unifal continua com inscrições abertas](#)

### **DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE**

[Mães de crianças com microcefalia sofrem de depressão](#)

### **DIÁRIO DO NORDESTE - CE**

[Molécula preservada de dinossauro é encontrado em fóssil da Chapada do Araripe, no Ceará](#)

### **G1**

[Pesquisador da Unesp desenvolve aparelho que funciona como laboratório de exames portátil](#)

### **JORNAL DA USP - SP**

[Deixar de investir em educação e ciência não é economia, é falta de visão](#)

### **METRÓPOLES**

[Bolsonaro anuncia liberação de R\\$ 250 milhões para bolsas do CNPq](#)

### **MISERIA**

[Molécula preservada de dinossauro é encontrado em fóssil da Chapada do Araripe, no Ceará](#)

### **FOLHA DE PERNAMBUCO - PE**

[MEC levará internet a 24,5 mil escolas públicas](#)

### **OESTE GOIANO**

[UEG intensifica chamada de alunos para o seu Vestibular mostrando a gratuidade, qualidade e a importância de cada curso](#)

### **TERRA**

[Estudo da Conab mostra perdas no transporte de grãos até os portos](#)

### **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Governo abandona ideia de "Lava Jato da Educação"](#)

[Mães de crianças com microcefalia sofrem de depressão](#)

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL**

### **Desafios do Enem**

#### **Cotas poderiam ser vinculadas à prova para aumentar a adesão de alunos**

No último domingo (3), cerca de 5 milhões de estudantes realizaram a primeira etapa do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, que será concluído no fim de semana.

O início conturbado no Ministério da Educação, tomado por disputas entre grupos rivais, levou a trocas sucessivas no comando do Inep, órgão que promove o Enem. De janeiro a maio, quatro presidentes passaram pela instituição.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/11/desafios-do-enem.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO**

### **PEC soma recursos obrigatórios para saúde e educação**

BRASÍLIA O Plano Mais Brasil propõe também somar os pisos de recursos que União, estados e municípios têm de destinara saúde e educação. Hoje, a Constituição determina que estados devem destinar 12% da receita à saúde e 26% à educação, e municípios, 15% e 25%, respectivamente. Com a medida, governadores e prefeitos teriam um piso somado para as áreas —37% para estados e 40% no para municípios.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=48944&\\_mather=e8b9c2fe029587b9&anchor=6133651&pd=001353d42079f77d5f4c3b5c277c3377](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=48944&_mather=e8b9c2fe029587b9&anchor=6133651&pd=001353d42079f77d5f4c3b5c277c3377)

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO**

### **Recuos de Guedes mostram resistências de Bolsonaro e Congresso a propostas do ministro**

#### **Ministro da Economia desistiu de eliminar os pisos para saúde e educação e outros pontos no pacote pós-Previdência**

Brasília

O ministro da Economia, Paulo Guedes, foi obrigado a fazer diferentes recuos na versão final de seu pacote pós-Previdência, uma consequência da resistência a suas propostas por parte do Congresso e do próprio presidente Jair Bolsonaro (PSL).

Guedes teve de desistir da proposta de inclusão de servidores inativos nos cálculos dos valores mínimos destinados a saúde e educação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/recuos-de-guedes-mostram-resistencia-de-bolsonaro-e-congresso-a-propostas-do-ministro.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO**

### **Governo apresenta proposta que autoriza corte de jornada e salário de servidores Impacto da PEC emergencial, que traz medidas de ajuste fiscal, é estimado em R\$ 50 bi em dez anos**

Brasília

O conjunto de medidas apresentado pelo governo Jair Bolsonaro nesta terça-feira (5) inclui uma proposta que autoriza a redução de jornada e salário de servidores públicos em situações de aperto fiscal.

A chamada PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial também prevê uma redução dos benefícios tributários concedidos pelo governo e traz um mecanismo que pode derrubar os gastos do governo com saúde e educação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/governo-apresenta-proposta-que-autoriza-corte-de-jornada-e-salario-de-servidores.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

### **Unifesp cria campus na zona leste de SP; geografia será 1º curso a abrir vagas em 2020**

#### **Expansão universitária levará para região graduações como administração pública, arquitetura e urbanismo e engenharias**

São Paulo | Agência Mural

A Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) vai oferecer o curso de geografia no campus zona leste da instituição, na capital paulista. A chegada da universidade à região

é uma reivindicação da população local desde ao menos os anos 1970.

A previsão é que o curso —aprovado em outubro— comece no primeiro semestre de 2020, com 26 professores já contratados. A forma de acesso será por vestibular e atenderá 60 alunos inicialmente (são 20 vagas para o bacharelado e 40 para a licenciatura).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/unifesp-cria-campus-na-zona-leste-de-sp-geografia-sera-1o-curso-a-abrir-vagas-em-2020.shtml>

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS**

### **Proposta de Guedes muda lógica dos gastos públicos**

### **Descentralização de recursos da União para Estados e municípios Flexibilização dos gastos em educação saúde Extinção de municípios com menos de 5 mil habitantes e arrecadação menor que 10% da receita total**

#### **BRASÍLIA**

O ministro Paulo Guedes (Economia) fez até agora a sua mais ambiciosa aposta em reformas para tentar resolver os problemas estruturais das contas públicas do País. O plano foi apresentado ao Congresso por meio de três propostas de emenda à Constituição (PECs). O pacote muda a lógica do gasto público, com o aumento da autonomia orçamentária de Estados e municípios, desobriga o dispêndio com despesas obrigatórias e traz medidas de ajuste focadas no servidor público, com possibilidade de redução de jornada de trabalho e salários. O governo federal também propõe que municípios com até 5 mil habitantes e cuja arrecadação não atinja 10% da receita sejam extintos. A estratégia foi construída para permitir que as contas públicas se ajustem até 2026. A perspectiva é de que o pacote enfrente resistências no Congresso. Para conseguir apoio, Guedes acenou com a transferência de R\$ 400 bilhões de recursos da exploração de petróleo para Estados e municípios ao longo de 15 anos.

A menos de dois meses do fim do ano, o ministro da Economia, Paulo Guedes, apresentou um pacote ambicioso de reformas para tentar resolver os problemas estruturais das contas públicas e abrir caminho para um crescimento mais forte da economia. O conjunto de propostas prevê várias frentes, mas terá de enfrentar a artilharia do Congresso, geralmente sensível ao lobby das corporações.

O plano muda a lógica do gasto público, com a descentralização de recursos para Estados e municípios, desobrigação de gastos e medidas de ajuste focadas no servidor público.

Batizado de Plano Mais Brasil, o pacote de medidas do governo foi entregue ao Senado pelo próprio presidente Jair Bolsonaro, ao lado de Guedes. São três propostas de Emenda à Constituição (PECs) que procuram promover uma completa “transformação” do modo de o Estado operar os seus gastos. Para aprovar as medidas, são necessários 308 votos, na Câmara, e 49 votos, no Senado, em dois turnos.

Uma das propostas é o chamado pacto federativo, que revê as regras fiscais e injeta R\$ 400 bilhões da exploração de petróleo para Estados e municípios nos próximos 15 anos. O pacote também inclui uma PEC emergencial para abrir R\$ 28 bilhões no Orçamento em dois anos e outra para tirar o carimbo de R\$ 220 bilhões em recursos hoje parados

em fundos do governo.

É o primeiro capítulo de uma ampla agenda de reformas, que prevê ainda a mudança no funcionalismo, reformatributáriaeaceleração das privatizações. Essas ainda serão enviadas ao Congresso.

Em troca do aumento de recursos para governadores e prefeitos, o governo quer o sinal verde do Congresso para medidas como redução de até 25% da jornada e salários dos servidores, congelamento do salário mínimo por dois anos, suspensão de progressões nas carreiras e proibição a novos concursos públicos.

Entre as medidas mais polêmicas, está a redução dos benefícios tributários (subsídios e isenções), dos atuais 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB) – cerca de R\$ 300 bilhões – para no máximo 2% a partir de 2026, e a extinção dos municípios com menos de 5 mil habitantes.

A estratégia foi construída para permitir que as contas voltem aos trilhos até 2026 – quando o teto de gastos (instrumento que limita o crescimento das despesas à inflação) completa 10 anos e pode ser revisto.

Mesmo sendo um conjunto amplo de medidas, o ministro da Economia admitiu que o presidente Bolsonaro impôs limites ao alcance das propostas. Uma das medidas pretendidas pelo ministro, a retirada da garantia do reajuste do salário mínimo pela inflação, foi descartada a pedido do presidente. “Bolsonaro é homem de enorme intuição política. (O presidente disse) ‘Ô, ministro, você acaba de fazer enorme reforma da Previdência, a turma ainda tá meio tonta, você ainda quer desindexar o dinheiro dos velhinhos? Que história é essa?’ Ok, é verdade, entendi. Tá cedo mesmo.”

Na sua avaliação, a agenda liberal precisa ser implementada aos poucos, uma vez que o País não está preparado para acabar com algumas regras de correção de benefícios. “Liberais nunca são revolucionários. São evolucionistas”, disse.

Gatilhos. A PEC emergencial inclui medidas permanentes e temporárias de ajuste nas contas de União, Estados e municípios. No caso das temporárias, elas valerão por dois anos e incluem a redução da jornada e salário dos servidores públicos em até 25%. Os servidores atingidos poderão ter um segundo emprego com carteira assinada para compensar a perda do salário, desde que não haja conflito de interesses.

A PEC prevê o acionamento desses gatilhos quando a chamada regra de ouro do Orçamento (que impede a emissão de títulos da dívida para pagar despesas correntes) for estourada em um ano, no caso da União. Para Estados e municípios, eles valerão sempre que a despesa exceder 95% da receita.

A PEC do pacto federativo, por sua vez, vai permitir que os gestores unifiquem os mínimos

Paulo Guedes de saúde e educação, que hoje precisam ser cumpridos separadamente. O objetivo é dar maior flexibilidade porque hoje alguns municípios e Estados com população mais velha enfrenta dificuldades para cumprir o piso em educação. A ideia é que seja possível compensar essa deficiência com gastos em saúde, e vice versa. O

governo chegou a cogitar permitir a inclusão dos gastos com aposentados e pensionistas nos mínimos, mas desistiu da ideia.

Guedes e seus auxiliares evitaram cravar um prazo para a aprovação da ampla agenda de reformas. Ele disse, porém, não temer o risco de as propostas serem desfiguradas.

As propostas também preveem o chamado estado de emergência fiscal. Caso o governador não queira decretar Estado de emergência, serão disparadas travas automáticas para evitar que o governante deixe o ente quebrado para o próximo governo. “O governador que não tem coragem política de enfrentar o problema fiscal não vai poder empurrar essa bola para a frente”, disse.

Guedes voltou a dizer que governadores e prefeitos, eleitos pelo voto, têm a responsabilidade de cuidar de seus orçamentos, mas que, para isso, é necessário redistribuir os recursos. Ele acrescentou que a proposta de desindexação e desvinculação do Orçamento não foi total. “O Brasil não estaria pronto para desindexar, desvincular e desobrigar tudo de uma vez”, afirmou.

“Liberais nunca são revolucionários. São evolucionistas.”

“Eu não arriscaria prazos, prefiro que haja mais tempo para conversarmos.”

## MINISTRO DA ECONOMIA

topo ↕

### **O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA**

**Para pesquisadores, só informação anula discurso de ódio**

**Na USP, especialistas defendem liberdade de expressão e dizem que democracia frágil abre espaço para preconceitos**

Em uma sociedade cada vez mais marcada pela polarização, em especial quando o assunto é política, a principal ferramenta para o combate ao discurso do ódio é a informação qualificada e a educação, concluíram os pesquisadores que se reuniram nos últimos dois dias na Universidade de São Paulo (USP) para debater soluções para combater o discurso de ódio.

No encontro, os palestrantes enfatizaram que até atitudes que parecem despreziosas, como uma piada ou o compartilhamento de um meme no celular podem carregar preconceito e potencializar atitudes hostis.

Segundo João Pedro Favaretto Salvador, da FGV Direito, mais informação e sentimento de empatia nos interlocutores podem reduzir a efetividade do discurso. Ele descarta a possibilidade de limitar a liberdade de expressão. “Em vez de tentar limitar necessariamente o que é dito, é melhor fazer com que a audiência desse discurso seja inoculada contra ele, com empatia, com políticas que levem um grupo a entender outro grupo”, disse.

Segundo Fabrício Vasconcelos Gomes, também da FGV Direito, Facebook e Twitter são responsáveis por barrar a divulgação de conteúdos sensíveis.

Para Maria Luiza Tucci Carneiro, coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER), da Universidade de São Paulo (USP),

“quando uma democracia é frágil, o discurso de ódio surge nessas fissuras”. “A melhor forma de combatermos isso é com a educação, formando pessoas capazes de interferir nessa realidade.”

Estudiosa do neonazismo há quase 20 anos, a pesquisadora Adriana Dias, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), destacou que, com diferentes matizes e em distintas regiões do planeta, esse grupo tem ganhado força. “Há milhares de páginas e milhões de pessoas”, disse ela, que mapeou conteúdos online em inglês, espanhol e português sobre o tema. “Precisamos fazer um esforço para levar isso a sério e compreender. E compreender não quer dizer justificar”, ressaltou.

‘Nazismo’. Na palestra “Nazismo reciclado”, o jornalista e doutor em história social Marcos Guterman identificou a retomada de um método discursivo similar ao que embasou a ascensão e a manutenção do nazismo na Alemanha. Para o pesquisador, o sentimento “tribal” fortalecido pelas redes sociais tem alimentado esse processo na política, que tem sido cada vez mais negada.

Em sua apresentação, trouxe trechos de documentos históricos como o livro Minha Luta, de Adolf Hitler, escrito em 1925, no qual há explicações sobre o papel da propaganda. “A ideia da propaganda não é esclarecer, é não abrir espaço ao contraditório”, explicou Guterman. De acordo com o pesquisador, muitas pessoas se julgam bem informadas lendo apenas títulos de redes sociais. “Perde-se a noção da realidade compartilhada, só a realidade do grupo é válida.”

“O antissemitismo e o anticomunismo são armas retóricas de grande alcance porque reduzem o inimigo. O discurso anticomunista tem esse propósito – muita gente nem sabe o que é comunismo, mas isso não é relevante. O que importa é dizer que aquele que não pensa como eu é comunista.”

O advogado Lucas Bulgarelli, coordenador do núcleo de pesquisa em gênero e sexualidade da seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), apresentou uma pesquisa sobre violência nas eleições 2018. De 400 pessoas ouvidas em São Paulo, Rio e Salvador, metade respondeu que tinha sofrido algum tipo de violência, enquanto outros 78% afirmaram que conheciam alguém que passou por isso.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

**Unifesp aprova primeiras vagas para graduação na zona leste.**

**Primeira graduação será de Geografia, com 60 vagas ofertadas por meio do Enem; instituto focará desenvolvimento urbano**

A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) aprovou a criação do curso de Geografia, a primeira graduação aberta no câmpus da zona leste da capital paulista. A partir do próximo ano, serão ofertadas 60 vagas e a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) será usada para o ingresso de alunos.

Prometida pelo Ministério da Educação (MEC) ainda em 2005, essa unidade, chamada de Instituto das Cidades, só foi criada em 2014 e começou a funcionar há menos de dois anos. Até agora, lá têm sido oferecidas apenas atividades de extensão e a oferta de algumas disciplinas para estudantes de outros câmpus da universidade, mas esse instituto não tinha alunos próprios.

Após a inauguração do câmpus da Universidade de São Paulo (USP), em 2005, era reivindicada a abertura de uma unidade da Unifesp na região, uma das mais populosas da cidade e carente de oferta de ensino superior público. As restrições de verba e um imbróglio para a descontaminação do terreno – a faculdade vai funcionar onde antes operava uma fábrica – atrasaram o início das atividades.

“É uma conquista muito importante, tendo em vista a quantidade de dificuldades que enfrentamos. Tivemos questões ambientais, já que havia uma contaminação no terreno e, quando houve a liberação do espaço físico, não tínhamos orçamento para as reformas que eram necessárias no prédio; nem a liberação para a contratação de docentes”, comenta Isabel Hartmann de Quadros, pró-reitora de Graduação da Unifesp. Desde 2014, toda a rede de instituições de ensino federal tem enfrentado uma série de reduções orçamentárias pelo MEC.

O Instituto das Cidades foi criado com o objetivo de formar profissionais com foco na resolução de problemas ligados ao desenvolvimento urbano. Além de Geografia, está prevista a oferta dos cursos de Administração Pública, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental e Sanitária e Engenharia Civil. Nenhum dos outros tem previsão para começar, uma vez que dependem, principalmente, da liberação pelo Ministério da Casa Civil da contratação de novos professores e de orçamento para finalizar a reforma do prédio para que possa receber mais alunos.

Projeto de expansão. A Unifesp abriga a Escola Paulista de Medicina, uma das mais tradicionais do País na área. Em 2005, o projeto do governo federal era aumentar o tamanho da instituição e criar um Anel Universitário, que englobava as cidades de São Paulo, Guarulhos, Diadema, Embu das Artes e Osasco.

Naquele ano, o MEC constatou que o Estado de São Paulo era o que tinha a menor proporção entre o número de vagas no ensino superior público e população. Por meio do projeto, foram criadas a Federal do ABC (UFABC) e os câmpus da Unifesp na região metropolitana.

topo 

## **O GLOBO - RJ - MERVAL PEREIRA**

### **Mexendo nas estruturas**

#### **Reformas tentam tirar do papel o slogan vitorioso da campanha presidencial ‘mais Brasil, menos Brasília’**

O Congresso mais reformista da história, como disse o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, tem pela frente a tarefa de aprovar a mais abrangente das reformas, que mexe na estrutura de um Estado patrimonialista e elitista.

Assim como a reforma da Previdência tocou, embora ainda não tão profundamente quanto requerido, na desigualdade dos benefícios dos servidores públicos em contraste com os do regime geral (INSS). O mesmo espírito de criar um sistema previdenciário sustentável no longo prazo, e mais equânime, rege as reformas apresentadas ontem pelo presidente Bolsonaro, que as levou pessoalmente ao Congresso, realçando sua importância.

Politicamente delicadas, pois mudam critérios legais guiados por interesses políticos, como a criação de municípios, as reformas da equipe econômica de Paulo Guedes tentam tirar do papel o slogan vitorioso da campanha presidencial “mais Brasil, menos

Brasília”.

Para isso, é preciso criar estruturas novas que sejam sustentáveis. O novo pacto federativo propõe mais dinheiro para estados e municípios, mas também faz exigências maiores para a gestão desses entes federativos. A previsão é que até R\$ 500 bilhões possam ser transferidos nos próximos 25 anos com as novas regras de divisão de recursos do petróleo, podendo até 70% dos royalties da exploração do petróleo e do gás serem transferidos para estados e municípios, que ficarão ainda com a totalidade do salário-educação.

Os entes poderão definir o que será feito com esses novos recursos, e aí é que mora o perigo. Até 1.200 pequenos municípios, cerca de 20% do total dos municípios do país, com cerca de cinco mil habitantes, deverão desaparecer na transição para, a partir de 2025, só ficarmos com municípios que provem arrecadar, em impostos, ao menos 10% de suas receitas totais.

Caso esse limite não seja alcançado, serão incorporadas por cidades maiores. Há estudos, como um da Federação das Indústrias do Estado do Rio (Firjan), que mostram que um em cada três municípios não gera receita suficiente para sustentar prefeitura e Câmara. Não deveriam ter sido criados, e o foram meramente por questões eleitorais.

A maioria vive do Fundo de Participação de Estados e Municípios, e poderia se beneficiar da nova regra de distribuição dos royalties do petróleo também proposta nas reformas. Mas a intenção é justamente fazer com que estados e municípios sejam sustentáveis, sem depender exclusivamente do Tesouro da União.

Uma consequência saudável desse novo modelo é criar uma estrutura burocrática menos dispendiosa, unindo até três cidades para a formação de um município que arrecade um mínimo para seu sustento, extinguindo em compensação cargos de prefeito, vice-prefeito e Câmara de vereadores desnecessários.

A política de equilíbrio fiscal está na base de várias mudanças propostas, havendo a previsão de gatilhos para quando estiver em perigo esse objetivo, chegando ao ponto de poder ser desencadeado o que o ministro Paulo Guedes classificou de “shutdown à brasileira”, que seria a permissão para o governo central reduzir o salário dos funcionários públicos, com redução compatível da jornada de trabalho.

Nos Estados Unidos, essa decisão é drástica, com os funcionários públicos não recebendo salários nesses momentos de crise. Aqui, o governo pagará até 25% dos salários. A equipe econômica considera que vários aspectos da Lei de Responsabilidade Fiscal foram aperfeiçoados nessas propostas, e a criação de um Conselho Fiscal da República é uma delas.

Está prevista na LRF um controle dos gastos do Executivo, mas esse artigo nunca foi regulamentado. O novo Conselho, formado pelos presidentes da República, da Câmara, do Senado, do Supremo Tribunal Federal, governadores, prefeitos e o Tribunal de Contas da União, se reuniria periodicamente para analisar a situação das contas públicas.

É um passo econômico importante que tem grande alcance político, revigorando a

Federação. Por isso mesmo, será de difícil aprovação, especialmente num ano de eleições municipais como 2020. Se governadores e prefeitos se unissem para colocar estados e municípios no acordo da nova Previdência, seria um primeiro movimento em direção à sustentabilidade de nosso sistema federativo.

topo ↕

## O GLOBO - RJ - ECONOMIA

### Proposta para mudar a cultura fiscal do país

#### Conjunto de ações para disciplinar as contas públicas

O governo apresentou ontem a mais ampla proposta de reforma do Estado em três décadas, que muda pilares da Constituição de 1988. As três propostas de emendas constitucionais (PECs) buscam descentralizar recursos públicos, facilitar corte de gastos em momentos críticos e flexibilizar o Orçamento.

Nas palavras do ministro da Economia, Paulo Guedes, o país viveu uma transição incompleta, na qual atingiu a estabilidade monetária, mas precisa desenvolver a cultura de responsabilidade fiscal:

—Trocamos a emissão inflacionária de moeda pelo endividamento em bola de neve. Temos milhares de municípios quebrados, dezenas de estados quebrados, e a União só não quebra porque se endivida em bola de neve.

A PEC do Pacto Federativo, o primeiro capítulo do conjunto de reformas, chamado de Plano Mais Brasil, busca aumentar os repasses de recursos para estados e municípios, dá mais autonomia aos governos locais e cria um conselho fiscal da República para garantir o acompanhamento periódico das contas públicas.

—Ninguém protege a viúva. A viúva é a União, é o Brasil—resumiu Guedes.

O governo pretende destinar R\$ 220 bilhões de fundos públicos para reduzir a dívida. A chamada PEC Emergencial permite que, em situação de caos nas finanças públicas, servidores possam ter jornada e salário reduzidos em 25%.

Na avaliação de especialistas, o pacote vai na direção correta de dar mais sustentabilidade fiscal ao país. Eles avaliam, porém, que se trata de uma proposta ambiciosa, que deve enfrentar dificuldades de aprovação no Congresso.

O governo espera aprovar no Senado até o fim do ano a PEC Emergencial. O Pacto Federativo ficaria para 2020. Ainda serão enviados ao Congresso uma proposta de reforma administrativa e um pacote de emprego.

Pacote vai distribuir R\$ 400 bi entre estados e municípios

Recursos virão principalmente de mudanças nas regras de royalties

MARCELLO CORRÊA, MANOEL VENTURA, RENATA VIEIRA E GERALDA DOCA BRASÍLIA

O pacote apresentado ontem pelo governo prevê a distribuição de cerca de R\$ 400 bilhões entre estados e municípios ao longo de 15 anos. A maior parte desses recursos virá de uma mudança nas regras de acesso a royalties e participações especiais de petróleo. O plano é reduzir a parcela desses recursos que hoje ficam com a União.

A descentralização faz parte da proposta de emenda à Constituição (PEC) do pacto

federativo, um dos três projetos apresentados ontem ao Congresso, pessoalmente, pelo presidente Jair Bolsonaro. Dividir mais dinheiro com governos regionais era uma das promessas de campanha de Bolsonaro, sob o slogan “mais Brasil, menos Brasília”.

Hoje, do total arrecadado com royalties, a União fica com 70%, enquanto estados e municípios recebem 30%. A ideia é inverter as proporções ao longo de oito anos. Os percentuais não estão fixados na PEC porque serão regulados por lei complementar, mas foram adiantados pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em coletiva de imprensa.

A redistribuição de recursos do petróleo seria feita por meio do Fundo Social, que hoje recebe recursos de royalties e participações especiais pela exploração de óleo e gás. A proposta acaba com o Fundo, e os recursos passariam a ser distribuídos diretamente para União, estados e municípios. A medida não afeta estados produtores, como o Rio, porque só redistribui a parcela do bolo que cabe ao governo federal.

A PEC também prevê a destinação de R\$ 9,8 bilhões da arrecadação do salário-educação, que hoje ficam com a União e passariam a ser geridos diretamente por estados e municípios.

Para receber os recursos, os estados terão que abrir mão dos questionamentos na Justiça por repasses da Lei Kandir, que garante isenção de ICMS às exportações, com impacto sobre as contas regionais. Os entes cobram da União compensações por essa perda de receita, mas o governo entende que a redistribuição de recursos extinguiria o impasse.

A PEC também cria o Conselho Fiscal da República, cuja missão será avaliar a situação financeira da Federação. O conselho será composto pelos presidentes da República, da Câmara, do Senado, do STF e do TCU, além de governadores e prefeitos.

A expectativa do governo é que a proposta seja aprovada até abril. A medida, no entanto, não será a prioridade. Dos três textos entregues ontem, a chamada PEC emergencial terá a tramitação mais urgente. Esse projeto prevê o acionamento de medidas extraordinárias para ajustar as contas públicas, como cortes temporários de salários e jornadas de servidores. O governo quer acioná-las ainda em 2020.

## CALENDÁRIO ELEITORAL

Hoje, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, se reunirá com líderes dos partidos no Senado para definir o calendário de tramitação e a relatoria das três PECs. A expectativa é que a relatoria fique com representantes das três maiores bancadas do Senado, MDB, PSD e Podemos. Por ora, a preocupação paira sobre o calendário eleitoral: em meados de abril, termina o prazo de filiação partidária, e a largada para a corrida das eleições municipais toma as atenções dos parlamentares.

Ontem, Bolsonaro disse que espera que o Legislativo “aperfeiçoe” a proposta.

— Quero dizer do orgulho de estar aqui entre amigos. Dizer que essa proposta vai ser trabalhada pelos senhores, vai ser aperfeiçoada —disse.

A equipe econômica não detalhou quanto será o repasse de cada medida prevista na

PEC do pacto federativo. O secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, disse que a estimativa de R\$ 400 bilhões é “conservadora”. Em agosto, o Ministério da Economia chegou a estimar os repasses em R\$ 500 bilhões, mas o valor foi reduzido com a retirada da ampliação do Fundeb. O governo também optou por retirar parte dos repasses como contrapartida à desidratação de R\$ 100 bilhões da reforma da Previdência.

## VALOR PODE SER MAIOR

Guedes, no entanto, disse que esse número poderia subir, principalmente se for aprovada a PEC paralela — que tenta incluir estados e municípios nas novas regras da aposentadoria.

— Eu nem me incomodo com essa desidratação de R\$ 100 bilhões que aconteceu, se trouxermos estados e municípios para dentro (das novas regras da aposentadoria) — disse o ministro.

## Algumas medidas previstas no Pacto Federativo

- > Cria o Conselho Fiscal da República. Presidentes da República, da Câmara, do Senado e do STF, além de governadores, prefeitos e representante do TCU, vão avaliar a situação financeira da Federação.
- > Os valores obrigatórios para saúde e educação passam a ser unificados. Estados e municípios decidirão quanto vai para cada área.
- > Benefícios tributários serão reavaliados a cada quatro anos. A partir de 2026, não poderão ficar acima de 2% do PIB.
- > Municípios com menos de cinco mil habitantes e arrecadação própria menor que 10% da receita total serão extintos e incorporados aos vizinhos.

[topo](#)

## O GLOBO - RJ - ECONOMIA

### GASTOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO UNIFICADOS DIVISÃO DOS 37%

### CABERIA AO GOVERNADOR

#### BRASÍLIA

O governo federal propôs unificar os valores dos pisos de gastos de Saúde e Educação em estados e municípios. Hoje, esses pisos são separados por setor: a Constituição determina que estados devem destinar 12% da receita à Saúde e 25% à Educação. Pela proposta, esse valor seria unificado em 37%. Com isso, caberia ao governo do estado decidir onde alocar mais recursos. A medida faz parte da proposta de emenda à Constituição (PEC) do pacto federativo, apresentada ontem pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso.

O argumento do ministro da Economia, Paulo Guedes, é que não faria sentido haver os mesmos percentuais de gastos em todo o país, já que cada estado e município tem prioridades e necessidades diferentes. Para Guedes, é preciso entregar o poder de definição do Orçamento para a classe política.

A desvinculação dos recursos para Saúde e Educação é um dos pontos mais polêmicos da agenda apresentada por Guedes. O governo chegou a recuar de um trecho da proposta que previa, na prática, uma redução dos gastos nessas duas áreas.

Ontem, o Senado divulgou uma versão da PEC que incluía na conta para os mínimos constitucionais de Saúde e Educação os gastos com inativos ligados a essas duas áreas. A possibilidade recebeu uma enxurrada de críticas de parlamentares, inclusive do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

— Incluir inativo na despesa social é um risco muito grande de reduzir o percentual de gasto na área social. Como a despesa com inativos cresce mais que a despesa dos estados e municípios, haverá redução de aplicação de recursos na área social. Vai ter muita dificuldade, pelo menos da Câmara, de compreender isso como um avanço — disse Maia.

Diante da repercussão, o governo decidiu recuar. O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, disse que reduzir despesas com saúde e educação não é o objetivo do governo.

— Existiam várias versões do texto, que foi pensado desde outubro do ano passado. Versão vai, versão vem, muitos interlocutores. Esse tema foi tratado. É um tema que a inclusão é defensável do ponto de vista de transparência das contas públicas, mas, ao mesmo tempo, se estabelecemos uma linha de que Educação e Saúde são prioritários, se retirarmos as despesas com inativos, em termos absolutos podemos ter um valor menor a ser gasto com Educação e Saúde. E não é essa a posição do governo — afirmou Waldery.

A flexibilização dos mínimos constitucionais faz parte de uma agenda apelidada por Guedes de 3Ds: desobrigação, desvinculação e desindexação. O objetivo é aumentar a flexibilidade orçamentária. O ministro chamou o conjunto de ações de Agenda de Transformação do Estado.

## RESPONSABILIDADE FISCAL

Como parte dessas ações, o governo também propôs criar o Conselho Fiscal da República, para seguir com medidas de ajuste nas contas públicas. Pelo texto, esse colegiado será formado pelos presidentes da República, da Câmara, do Senado, e do Supremo Tribunal Federal (STF). Governadores, prefeitos e o Tribunal de Contas da União também participarão do conselho. Assim, os três Poderes deverão se reunir periodicamente para discutir a situação das contas públicas, numa versão turbinada da atual Junta de Execução Orçamentária — composta hoje apenas pelos ministros da Economia e da Casa Civil e pelo presidente da República.

A intenção, nessa proposta, é criar uma ampla “cultura de responsabilidade fiscal” em todas as esferas e evitar derrotas no Judiciário que ampliem gastos públicos. Guedes quer ampliar o poder do Tribunal de Contas da União (TCU), permitindo ao órgão supervisionar os trabalhos dos tribunais de contas estaduais e municipais.

A equipe econômica avalia que boa parte do descontrole das contas dos governos regionais nos últimos anos se deve à omissão desses tribunais. Por isso, as decisões do

TCU poderão se tornar vinculantes para demais entes da Federação. Ao comentar a criação do Conselho Fiscal da República, Guedes diz que é preciso estabelecer uma cultura de responsabilidade fiscal e proteger a “viúva”.

—Ninguém protege a viúva. A viúva é a União, é o Brasil —afirmou.

Segundo Guedes, o presidente do STF vai levar a “palavra de observância fiscal” para dentro do Supremo Tribunal Federal. — Nós precisamos consolidar um novo marco institucional, que garanta as finanças da República brasileira —acrescentou.

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - SOCIEDADE**

### **Ministro e acadêmicos elogiam artigo de deputados**

**Em texto publicado ontem no GLOBO, presidente da Câmara e lideranças partidárias defendem que investimentos em ciência, tecnologia e educação são fundamentais para crescimento econômico**

BRASÍLIA E RIO

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Marcos Pontes, e representantes da comunidade científica elogiaram um artigo assinado por lideranças da Câmara dos Deputados publicado ontem no GLOBO. O texto defende investimentos do governo em educação, ciência e tecnologia para promover o crescimento econômico do país.

Intitulado “A base do progresso”, o artigo teve, entre seus signatários, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), lideranças da oposição, da maioria e da minoria, além de líderes de 18 partidos de diferentes espectros políticos.

O artigo sublinha que, nos anos 1990, o PIB brasileiro era maior do que o da China. A economia do país asiático disparou nos últimos 30 anos, amparada em um investimento expressivo em pesquisa e desenvolvimento.

Em entrevista após o lançamento de uma portaria para facilitar a captação de recursos privados para a pesquisa, Marcos Pontes considerou o texto “muito bom” e afirmou que a manifestação de representantes de vários partidos mostra que Ciência e Tecnologia é um “programa de Estado”.

— Gostaria de agradecer o apoio à ciência e tecnologia. É isso que o ministério se propõe a fazer, as nossas dificuldades de orçamento todos os ministérios tiveram, quem acompanhou viu o contingenciamento. Nós trabalhamos com essas dificuldades dentro da gestão, procurando preservar o que consideramos prioritário —diz Pontes.

O MCTIC começou o ano com um rombo de R\$ 300 milhões e depois sofreu contingenciamento de 42,2% do orçamento já desidratado. O quadro só foi normalizado neste mês, após captação de recursos junto ao Ministério da Economia.

## **‘SOBREVIVÊNCIA’**

Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Ildeu de Castro Moreira afirma que, nos anos 2000, existiram planos pontuais para a área da ciência e tecnologia. No entanto, essas medidas não foram transformadas em política de Estado.

—A discussão sobre o orçamento é uma estratégia de sobrevivência. Fico satisfeito em ver que os deputados estão conscientes da necessidade de mais recursos para tecnologia e inovação —disse.

Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências, diz que o artigo representa “um grande momento do Congresso”:

— É uma tentativa suprapartidária de evitar cortes orçamentários que estão destruindo o futuro do país — definiu, concluindo: — Hoje, uma nação só é competitiva no mercado internacional se investir em soft power: biotecnologia, produção de medicamentos, rede 5G. Não podemos depender exclusivamente da exportação de commodities.

Já para Eduardo Deschamps, presidente da Comissão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Conselho Nacional de Educação (CNE), o país precisa ajustar as contas públicas. Contudo, ele diz que, a médio e longo prazos, a melhoria da produtividade depende de investimentos em educação, ciência e tecnologia:

— Esta é a chave para o desenvolvimento sustentável e a redução da desigualdade. Do contrário, continuaremos com nossa trajetória errática, em que oscilamos entre surtos de desenvolvimento e grandes recessões.

topo ↕

## **VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL**

**Unificação de gastos para saúde e educação divide governos estaduais  
São Paulo, Rio de Janeiro e Alagoas são favoráveis à medida; já o Ceará considera a iniciativa um retrocesso**

A unificação das destinações mínimas às áreas de saúde e educação divide os Estados. Os governos de São Paulo, Rio de Janeiro e Alagoas avaliam que a medida trará maior flexibilidade aos Estados para a gestão de recursos. O Ceará, porém, considera a medida um “retrocesso”.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/11/06/unificacao-de-gastos-para-saude-e-educacao-divide-governos-estaduais.ghtml>

topo ↕

## **AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

**EaD, parte 6: governo do PT não avaliou modalidade como deveria, diz ex-ministro de Dilma**

**Renato Janine Ribeiro avalia que país aproveita mal a principal virtude do ensino à distância, de não estar presa à geografia**

BRASÍLIA — Ministro da Educação durante o governo Dilma Rousseff, o educador Renato Janine Ribeiro diz que gostaria de ter desenvolvido um modelo em rede para a educação federal à distância no Brasil. Segundo Janine, o país aproveita mal a principal virtude da EaD, de “não estar presa à geografia”.

Leia mais: Elizabeth Guedes defende punição aos maus mantenedores do ensino superior privado

Em entrevista ao GLOBO, ele critica a possibilidade de autorregulação do setor privado, defendida pelo atual ministro, Abraham Weintraub, e afirma que as avaliações do ensino à distância deveriam ter sido mais rigorosas durante os governos petistas.

Em entrevista recente, o senhor afirmou que gostaria de ter dado um padrão e excelência ao ensino superior federal à distância. Por quê?

Penso que a EaD em nível superior é muito importante para atender algumas situações, por exemplo, quem não fez faculdade na idade certa, tem 30 anos ou mais. Dos 22 aos 24, não acho tão positivo porque acho importante o contato vivencial. Em localidades onde não há ensino presencial ou de qualidade acho positivo para qualquer idade. No caso do ensino federal, temos 63 universidades, e há muitas que estabeleceram cursos à distância que já existiam em outras instituições. Mas o ensino à distância não precisa estar preso à geografia. Se uma pessoa mora no Rio, não precisa fazer ensino à distância em uma universidade fluminense, pode fazer um ensino à distância administrado em rede por um conjunto de universidades federais, e esse seria o melhor curso possível.

O senhor tinha um projeto nesse sentido?

Minha ideia era unir os cursos à distância das federais, ter um ou dois de cada carreira. Só autorizaríamos instituições que tivessem conceito máximo. Temos condições de ter uma quantidade gigantesca de alunos. Esse modelo poderia ser expandido para fazer de modo que todo aluno que obtivesse uma nota mínima (a ser definida) no Enem, e se viesse de escola pública, teria direito a uma vaga no ensino à distância. Teríamos a meta de garantir que toda pessoa que vem da escola pública tivesse direito ao ensino superior. Em vez de ter dezenas de cursos à distância nas federais, teríamos um curso muito bom ministrado em rede, com os melhores professores do Brasil, contaríamos com todas as universidades.

O setor privado concentra a maioria das matrículas de EaD. O país deixou a modalidade na mão desse setor?

A grande maioria das matrículas do ensino superior em geral está no setor privado. Se o setor privado fizer bem esse trabalho, está ótimo. A única questão é garantir a qualidade tanto no setor privado quanto no público. No caso do setor público, não é que ele tenha deixado a educação à distância de lado, mas usou pouco a sua rede, que consiste em pegar os melhores professores de várias instituições diferentes e fazê-los trabalhar em conjunto. Essa é a virtude do virtual, o setor público usou pouco isso, poderia ter usado mais.

Recentemente, o senhor criticou os acenos de Jair Bolsonaro à EaD...

Na época da campanha eleitoral, critiquei a ideia de usar EaD para alfabetização, ensino à distância para uma criança pequena é uma loucura sem pé nem cabeça. Nesse sentido, dar ensino à distância muito cedo não faz sentido, porque é a idade de socialização. O professor é uma espécie de substituto do pai, a criança está aprendendo a sair de casa, conhecer a sociedade, além do fato de que não funcionaria também no sentido pedagógico.

O ministro atual fala sobre autorregulamentação do setor privado. Qual é a sua opinião?

O Brasil avançou muito na pós-graduação, por exemplo, graças à regulação e à avaliação de mestrados e doutorados. Foi isso que fez nossa pós ter nível elevado, é o único nível de escolaridade em que falamos de igual para igual com o europeu e o norte-

americano, e isso se deve muito à avaliação. No caso do ensino em geral, tem que ter mais avaliação e não menos, para ver onde se está falhando. O Brasil precisa de avaliação séria, porque sem avaliação o setor privado não funciona. O problema é que, se o governo atual enfraquecer as avaliações, ele vai privar os alunos do principal fator que têm para saber se o curso é bom ou não.

Na sua opinião, os governos do PT deram atenção necessária à questão da educação à distância?

A avaliação não foi tão rigorosa quanto deveria ter sido, há uma queixa sobre a má qualidade dos cursos. Acho que teria sido mais bem feito com mais avaliação. Por exemplo, fui presidente da **Capes**, e lá, quando há um curso de mestrado ou doutorado que é ruim, a **Capes** fecha e ponto final. Mas é bem mais complicado fechar um curso de graduação ruim, isso permite que sejam fornecidos um ensino e uma formação de má qualidade, isso é um problema.

topo ↕

## AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

**É preciso vontade política para priorizar a Educação, diz Caio Callegari**  
**Para coordenador de projetos do Todos pela Educação, é preciso deixar a ideologia de lado e sair do Fla-Flu para tornar a Educação prioridade do País**

A menos de um ano das eleições municipais, o portal Estadão e o Broadcast Político iniciam a série de entrevistas Cidades 2020, com especialistas nas áreas que mais demandam a atenção do eleitorado e da população como um todo, discutindo gargalos e soluções nas áreas da Educação, Saúde, Transporte, Saneamento Básico, Segurança Pública, Emprego, Mobilidade, Meio Ambiente, Finanças públicas, dentre outras.

Na estreia, o economista e coordenador de projetos na organização Todos pela Educação, Caio Callegari, fala sobre uma das áreas prioritárias para o desenvolvimento de qualquer nação. Na sua avaliação, é preciso vontade política dos gestores públicos para colocar a Educação no centro das prioridades do País.

Todos pela Educação

"É preciso sair do atual Fla-Flu e tornar efetivamente a Educação como prioridade nacional", destacou Callegari. Ele também falou sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), enumerou os desafios para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem, destacou a necessidade de valorização e capacitação dos professores e de uma melhor gestão dos recursos para a área.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Audiência pública discute adesão e impactos do Future-se para Viçosa e região**  
**As outras instituições federais da Zona da Mata e Campo das Vertentes rejeitaram a proposta do Ministério da Educação.**

Uma audiência pública foi realizada em Viçosa para discutir os impactos para a cidade no caso de adesão da Universidade Federal de Viçosa (UFV) ao Programa Future-se. A sessão contou com a participação de cerca de 150 pessoas, entre políticos, professores e estudantes.

Entre as instituições federais da Zona da Mata e Campo das Vertentes, a UFV foi a única que ainda não determinou um posicionamento oficial em relação ao programa. As universidades federais de Juiz de Fora (UFJF) e de São João del Rei (UFSJ) rejeitaram a

proposta.

No encontro foi discutida a proposta reformulada pelo Ministério da Educação (MEC), divulgada no mês passado, três meses após a divulgação inicial. O Future-se é uma proposta do governo federal para ampliar as fontes de financiamento das universidades federais.

O requerimento da audiência pública foi assinado pelos vereadores Sávio José (PT), Professor Idelmino (PC do B), Antônio Elias Cardoso (PTB), Edenilson Oliveira (MDB), Paulo Sérgio da Silva (PRTB), Ronildo Ferreira (PSC) e Sérgio Aloíso (PSDC).

Entre os participantes da audiência estiveram o pró-reitor de Planejamento e Orçamento da UFV, Evandro Faria, que representou o reitor; a deputada federal Margarida Salomão (PT), ex-reitora da UFJF; e a deputada estadual, Beatriz Cerqueira (PT).

Também participaram do debate, representantes da Seção Sindical dos Docentes da UFV (Aspuv), Associação dos Servidores Administrativos da UFV (Asav), Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE) e movimentos estudantis, como o Quem Luta Educa.

A proposta do Future-se tem sido debatida em várias universidades federais, e recebeu críticas principalmente pelo fato de ser pouco detalhada e de trazer possíveis riscos à autonomia da gestão financeira das instituições.

Em agosto, a UFV publicou nota do Conselho Universitário (Consu) sobre o Future-se. No documento constava que devido ao grande número de pontos ainda não detalhados seria impossível um posicionamento oficial da instituição quanto a aceitar ou rejeitar a proposta.

topo 

## **TERRA - TEMPO REAL**

### **Unifesp abre curso de Geografia em câmpus da zona leste criado em 2014 Instituto das Cidades, como foi batizada a unidade, é uma demanda da comunidade e foi prometido em 2005 pelo MEC**

SÃO PAULO - A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) aprovou a criação do curso de Geografia, a primeira graduação aberta no câmpus da zona leste da capital paulista. A partir do próximo ano, serão ofertadas 60 vagas e a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) será usada para o ingresso de alunos. Prometida pelo Ministério da Educação (MEC) ainda em 2005, essa unidade, chamada de Instituto das Cidades, só foi criada em 2014 e começou a funcionar há menos de dois anos. Até agora, lá têm sido oferecidas apenas atividades de extensão e a oferta de algumas disciplinas para estudantes de outros câmpus da universidade, mas o câmpus não tinha alunos próprios.

Após a inauguração do câmpus da Universidade de São Paulo (USP), em 2005, era reivindicada a abertura de uma unidade da Unifesp na região, uma das mais populosas da cidade e carente de oferta de ensino superior público. As restrições de verba e um imbróglgio para a descontaminação do terreno - a faculdade vai funcionar onde antes operava uma fábrica - atrasaram o início das atividades.

"É uma conquista muito importante tendo em vista a quantidade de dificuldades que enfrentamos. Tivemos questões ambientais, já que havia uma contaminação no terreno e, quando houve a liberação do espaço físico, não tínhamos orçamento para as reformas que eram necessárias no prédio e nem a liberação para a contratação de docentes", conta Isabel Hartmann de Quadros, pró-reitora de Graduação da Unifesp. Desde 2014, toda a rede de instituições de ensino federal tem enfrentado uma série de reduções orçamentárias pelo MEC.

O Instituto das Cidades foi criado com o objetivo de formar profissionais com foco na resolução de problemas ligados ao desenvolvimento urbano. Além de Geografia, está prevista a oferta dos cursos de Administração Pública, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental e Sanitária e Engenharia Civil. Nenhum dos outros tem previsão para começar, já que dependem, principalmente, da liberação pelo Ministério da Casa Civil da contratação de novos professores e de orçamento para finalizar a reforma do prédio para que possa receber mais alunos.

#### Projeto de expansão

A Unifesp abriga a Escola Paulista de Medicina, uma das mais tradicionais do País na área. Em 2005, o projeto do governo federal era aumentar o tamanho da instituição e criar um Anel Universitário, que englobava as cidades de São Paulo, Guarulhos, Diadema, Embu das Artes e Osasco.

Naquele ano, o MEC constatou que o Estado de São Paulo era o que tinha a menor proporção entre o número de vagas no ensino superior público e população. Por meio do projeto, foram criadas a Federal do ABC (UFABC) e os câmpus da Unifesp na região metropolitana.

A rápida expansão de câmpus e de vagas na Unifesp nos últimos anos, porém, também foi alvo de críticas de parte da comunidade acadêmica. As queixas mais comuns eram a falta de estrutura e o número abaixo do ideal de professores e técnicos para atender à nova demanda. Hoje, a instituição tem cerca de 12,5 mil alunos, em seis cidades.

topo ↕

#### **TERRA - TEMPO REAL**

#### **UNISAL amplia horizontes e chega a cidade de Piracicaba**

#### **A tradicional educação salesiana, conhecida na região, será ampliada com Centro Universitário**

O Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL agora tem uma nova Unidade na cidade de Piracicaba. A Faculdade Salesiana Dom Bosco de Piracicaba passa a ser UNISAL, Unidade Piracicaba, Campus Assunção. A unificação foi oficializada, no Diário Oficial da União, Portaria Nº 480.

A partir deste momento, Piracicaba faz parte de um Centro Universitário que tem presença em diferentes cidades do Estado de São Paulo, contando com mais de 12 mil alunos e mais de 400 professores com titulação de Mestres e Doutores. Na estrutura da instituição, mais de 450 colaboradores técnico-administrativos atuam para atender os alunos.

Pertencendo ao UNISAL, alunos e docentes da Unidade Piracicaba passam a ter acesso integral à toda infraestrutura dos demais Campi, o que inclui todos os laboratórios, salas

de aula e espaços culturais e esportivos disponíveis.

Além disso, as centenas de parcerias que o UNISAL possui com empresas, bem como os convênios estabelecidos com instituições de ensino superior, nacionais e internacionais, também poderão ser aproveitados, como já ocorre nas Unidades de Americana, Campinas, Lorena e São Paulo.

"Estamos somando às conquistas alcançadas, novos desafios e novos planos. Esta é a quinta Unidade do UNISAL e, onde estamos, registramos a marca da educação salesiana, baseada no Sistema Preventivo de Dom Bosco, que enfatiza a formação integral para seus alunos, com incentivo ao seu protagonismo. O UNISAL procura, também, a qualificação e a competência do corpo docente e técnico-administrativo, bem como a orientação humanística de sua política educacional", afirma o reitor do UNISAL, Padre Eduardo Capucho.

Desde que se tornou Centro Universitário, em 1997, o UNISAL vem ampliando suas áreas de atuação, tendo recebido no ano de 2018 o credenciamento do Ministério da Educação (MEC), com nota 4 para os cursos presenciais. Em 2019, a modalidade Educação a Distância (EaD) foi credenciada com nota 5 no MEC, nota máxima atribuída pelo órgão às instituições de ensino que se enquadram nas exigências.

Com a nova Unidade Piracicaba, o UNISAL tem o objetivo de contribuir, de maneira efetiva, com o desenvolvimento da cidade e da região, tanto com a ampliação da oferta de ensino de qualidade, quanto com o apoio social à comunidade externa, por meio de projetos, pesquisas e ações.

## SESSÃO SOLENE

Data: 07/11/2019.

Local: Igreja Nossa Senhora da Assunção.

Endereço: Rua Boa Morte, 1835 - Centro - Piracicaba (SP).

Horário: 19h - Celebração da missa / Sessão Solene em seguida.

[topo](#)

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **Não podemos abrir mão de bons professores**

#### **Presidente-executiva e cofundadora do Todos Pela Educação**

Nos anos 1990 eu participava de um projeto de voluntariado de reforço escolar no Jardim Varginha, zona sul de São Paulo, ajudando crianças com a matemática. Era procurada por alunos com defasagens acumuladas ao longo de vários anos. Quase sem que eu percebesse, entrou na roda de aula um menino. Ele se sentou, olhou para os lados, olhou pra mim e disse: "Tia, eu não nasci pra isso, nunca vou aprender matemática" e foi embora, sem que eu soubesse seu nome, a escola onde estudava ou onde morava. Fiquei paralisada com a situação, e o menino saiu da minha vista. Mas não da minha vida: ficou instalado onde nasceu a indignação: como permitimos que crianças brasileiras acreditem que aprender é para alguns, mas não para todos... Não para elas?

Não são normais os baixos índices de aprendizagem e não deveríamos nos acostumar a eles. Quando deixamos de nos indignar com a injustiça e com a desigualdade, perdemos a motivação de lutar, de perseguir as soluções.

E há muito ainda a ser feito para além de garantir o acesso à escola. O descaso com a qualidade da Educação precisa ser combatido com a implementação de uma agenda urgente de mudanças - no centro da qual devem estar as políticas de formação e valorização da carreira docente.

Não porque os professores são os responsáveis por tudo, mas porque eles têm um papel fundamental que não pode ser substituído por nenhuma pirotecnia: são o principal garantidor da aprendizagem e precisam ser reconhecidos e tratados como tal.

As políticas docentes mais urgentes podem ser organizadas nas seguintes dimensões: atratividade, formação inicial (no ensino superior), formação em serviço (nas escolas), carreira e condições de trabalho. Infelizmente, e com consequências muito ruins para cada pessoa e para o país, estamos muito mal em todas elas - o que explica grande parte do nosso fracasso educacional.

A profissão é pouco atrativa para a maioria dos alunos de melhor desempenho no Ensino Médio, que têm em outras áreas melhores perspectivas de satisfação profissional; a formação inicial tem currículos que não respondem aos desafios da sala de aula, com baixa carga prática; a progressão na carreira é desatrelada do desenvolvimento profissional, deixando de impulsionar a melhora e reconhecer as competências dos professores para ensinar e o impacto na aprendizagem dos alunos; as condições de trabalho são insatisfatórias, afastam profissionais da sala de aula e geram até o adoecimento dos que permanecem.

Estamos fazendo tudo ao contrário. Enquanto governo e sociedade, por reconhecer que o contexto é desfavorável aos professores, não cobramos melhores resultados. Estamos abrindo mão dos ótimos professores que estão em serviço e de ter ótimos professores entrando nas escolas por não levarmos a sério a carreira docente e cometermos o erro, ano após ano, de nivelar muito baixo nossos esforços e expectativas em relação aos principais profissionais do país. Isso custa muito caro ao Brasil - custa o nosso futuro como nação e o de milhares de crianças e jovens. Inverter essa lógica é urgente: acertar as políticas públicas de apoio à melhor docência e cobrar mais resultados.

Um exemplo de como o País tem banalizado a formação docente é o aumento desproporcional da Educação a distância nos cursos de Pedagogia e Licenciatura. Segundo levantamento do Todos Pela Educação, o total de ingressantes nesses cursos na modalidade EAD vem aumentando consideravelmente desde 2017 e já ultrapassa o número de alunos em cursos presenciais. Atualmente, são 64% os ingressantes nesse formato, percentual que era de 34% em 2010. Nas graduações de outras áreas, essa parcela é bem menor: 27%.

Só na rede privada, que é, em geral, responsável por formar 70% dos professores, o crescimento da EAD foi de 215%. Além disso, esse aumento foi impulsionado pelo próprio governo: o percentual de financiamentos do Programa Universidade para Todos (ProUni) concedidos para ingressantes desses cursos aumentou 368% entre 2013 e 2018. Atualmente, 67% dos financiamentos via ProUni para ingressantes em cursos voltados à docência são na modalidade EAD.

Sem uma base curricular robusta que dê parâmetros mais tangíveis para avaliação dos cursos e com uma regulação insatisfatória sobre o que está sendo ofertado, a expansão

dos cursos de Pedagogia e Licenciatura na modalidade EAD parece um trem desgovernado.

Logo, a formação docente, que deveria estar entre as de maior rigor, tem sido posta cada vez mais à margem de critérios de excelência e qualidade. De cada dez ingressantes em cursos de formação docente via ProUni, quatro estão em cursos considerados de baixa qualidade, com notas 1 a 3 no Conceito Preliminar de Curso (CPC), indicador do MEC que busca ranquear entre notas 1 a 5 os cursos de Ensino Superior.

A literatura educacional e as experiências de sucesso observadas em países com bons indicadores no PISA mostram a importância de uma formação docente alicerçada não só em bons conhecimentos teóricos, mas também na prática de sala de aula - fator que é apontado por diversas pesquisas nacionais como a principal falha nos cursos atuais. E essa expressiva expansão da EAD na formação docente aprofunda esse desafio e não vai na direção de solucioná-lo.

Esses dados deveriam, portanto, subsidiar uma discussão séria a respeito do profissional que esperamos que nossos professores sejam, e do modelo de formação que o País tem adotado. Fica evidente a necessidade de que o Governo Federal revise as políticas de formação docente no Ensino Superior brasileiro, de forma a garantir que ele prepare melhor os professores para a sala de aula.

Se o Ministério da Educação quiser honrar o compromisso com a Educação Básica, a estratégia mais potente que está em suas mãos é a regulação mais rigorosa dos cursos de pedagogia e licenciaturas, ancorada em parâmetros mais altos de qualidade e de articulação com a prática docente, o contrário de declarações recentes do Ministro Abraham Weintraub. O maior desafio do MEC é parar esse trem desgovernado e mudar a sua direção, urgentemente.

#### **AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

**Marcos Pontes elogia iniciativa de deputados: artigo demonstra que Ciência e Tecnologia é programa de Estado, diz**

**Após lançamento de uma portaria para facilitar a captação de recursos privados para a pesquisa, ministro voltou a se posicionar contrariamente à fusão do CNPq com a Capes**

BRASÍLIA- Em entrevista após o lançamento de uma portaria para facilitar a captação de recursos privados para a pesquisa, o Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações ( MCTIC ), Marcos Pontes , elogiou artigo publicado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia , e líderes da Câmara , na edição desta terça-feira do GLOBO.

Pontes disse que considerou o texto "muito bom" e afirmou que a manifestação de representantes de vários partidos mostra que a Ciência e Tecnologia é um "programa de Estado". Questionado sobre os contingenciamentos que a área sofreu ao longo do ano, o ministro afirmou que todas as áreas do governo passaram por isso e que é preciso considerar as necessidades de outros ministérios também.

Pontes exaltou o trabalho do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e voltou a se posicionar contrariamente à fusão do órgão com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O ministro também defendeu a permanência da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) no MCTIC.

— O artigo fala da importância do CNPq e da **Capes** trabalhando em parceria e separadamente, cada um com sua função institucional. O CNPq opera com uma série de projetos, cerca de 80% dos nossos projetos e programas contam com a participação do CNPq. Achei interessante o apoio ao CNPq e à Finep, que é outra instituição extremamente importante para o ministério e para o país, porque ela fomenta, ela não é um banco. A Finep trabalha com risco tecnológico diferente de um banco que é risco financeiro. Achei muito bom e também (é importante) o fato de ter diversos partidos. É um momento novo que temos no Brasil em que a Ciência e Tecnologia tenha um sentido de programa de Estado.

O MCTIC começou o ano com um rombo de R\$ 300 milhões e depois sofreu contingenciamento de cerca de 42,2% do orçamento já desidratado. O cenário levou dúvida sobre a possibilidade de efetuar o pagamento das bolsas de pesquisa do CNPq. O quadro só foi normalizado neste mês, após captação de recursos junto ao Ministério da Economia.

— Gostaria de agradecer ao apoio à ciência e tecnologia. É isso que o ministério se propõe a fazer, as nossas dificuldades de orçamento todos os ministérios tiveram, quem acompanhou viu o contingenciamento. Nós trabalhamos com essas dificuldades dentro da gestão, procurando preservar o que consideramos prioritário. Mantivemos o orçamento original para as unidades vinculadas, assim como as bolsas do CNPq. Foram preservadas todas as bolsas- afirmou.

O ministro participou do lançamento da portaria de Fundos Patrimoniais e Endowments, uma modalidade de financiamento com fundos com recursos fixos cujos rendimentos são aplicados à determinada área, no caso, a Ciência e Tecnologia. Durante discurso, o ministro exaltou o papel da iniciativa privada como fonte de recursos para área científica. Após a cerimônia, questionado sobre a participação do governo como fonte de recursos para área, Pontes afirmou que ela se dará "dentro das possibilidades".

— (Vamos aportar recursos) Dentro das nossas possibilidades, temos que considerar as necessidades dos outros ministérios também. Para dar partida no motor do avião, em muitos casos, precisamos injetar ar para começar a partida. O motor gira com o ar de uma fonte externa, não é suficiente para manter o motor funcionando o tempo todo, mas só o início do giro. (O recurso da iniciativa privada) É só um motor de partida. Estamos colocando o que é possível - disse.

topo 

## **AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

**Comunidade acadêmica elogia defesa por deputados de mais investimento em ciência, tecnologia e educação**

**Em artigo no GLOBO, presidente da Câmara e lideranças de 18 partidos argumentam que recursos são fundamentais para desenvolvimento econômico**

RIO — Um artigo defendendo o investimento em educação, ciência e tecnologia como pontos cruciais para o desenvolvimento econômico do país, assinado por lideranças da Câmara dos Deputados e publicado no GLOBO esta terça-feira, foi elogiado por representantes da comunidade científica.

Intitulado "A base do progresso", o texto teve, entre seus signatários, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), lideranças da oposição, da maioria e da minoria,

além de líderes de 18 partidos de diferentes espectros políticos, do PT e PSOL ao PSDB e DEM.

Os parlamentares condenam a proposta de fusão da **Capes** e do CNPq — uma medida que, segundo o governo federal, geraria ganhos operacionais. Na verdade, reforçam os deputados, as agências prestam missões complementares .

A **Capes**, que integra o Ministério da Educação, avalia e dá suporte aos cursos de pós-graduação. Seu orçamento para 2020 foi cortado quase que pela metade.

Já o CNPq, presente no organograma da pasta de Ciência e Tecnologia, fomenta projetos de pesquisa e incentiva jovens promissores. Nele, o orçamento para a seção de incentivo a projetos e rede de pesquisa e desenvolvimento será reduzido em 88% no ano que vem .

Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências, diz que o artigo representa "um grande momento do Congresso":

— É uma tentativa suprapartidária de evitar cortes orçamentários que estão destruindo o futuro do país — define. — Hoje, uma nação só é competitiva no mercado internacional se investir em soft power: biotecnologia, produção de medicamentos, rede 5G. Não podemos depender exclusivamente da exportação de commodities.

O texto sublinha que, nos anos 1990, o PIB brasileiro era maior do que o da China. A economia do país asiático disparou nos últimos 30 anos amparada em um investimento expressivo em pesquisa e desenvolvimento. O governo chinês investe dez vezes mais neste setor do que o Brasil.

#### Estratégia de sobrevivência

A comunidade acadêmica já levou mais de 1 milhão de assinaturas ao Congresso reivindicando a manutenção das bolsas do CNPq, destaca Ideu de Castro Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

— Tivemos planos localizados para ciência e tecnologia nos anos 2000, mas eles não foram transformados em uma política de Estado — explica. — A discussão sobre o orçamento é uma estratégia de sobrevivência. Fico satisfeito em ver que os deputados estão conscientes da necessidade de mais recursos para tecnologia e inovação.

Presidente da Comissão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Conselho Nacional de Educação (CNE), Eduardo Deschamps reconhece que o país precisa, a curto prazo, ajustar as contas públicas. No entanto, considera que, a médio e longo prazo, a melhoria da produtividade depende de investimentos em educação, ciência e tecnologia.

— Esta é a chave para o desenvolvimento sustentável e a redução da desigualdade. Do contrário, continuaremos com nossa trajetória errática, em que oscilamos entre surtos de desenvolvimento e grandes recessões.

O ensino fundamental, destaca Deschamps, já está praticamente universalizado no país . No entanto, o panorama do ensino médio ainda é preocupante, porque seu conteúdo

deve ser ajustado a habilitações profissionais.

— Avançamos nos anos de escolaridade, mas ainda não houve um ganho significativo em produtividade — ressalta.

topo ↕

## IMIRANTE - TEMPO REAL

**Abertas as inscrições para o Prêmio Capes Talento Universitário**

**Há mil vagas abertas para o prêmio, e a prova será em 8 de dezembro.**

BRASÍLIA - Já imaginou ganhar R\$ 5 mil? Se você faz algum curso de graduação no Brasil, esta é a sua chance. O Prêmio **Capes** Talento Universitário está com inscrições abertas até as 23h59 da próxima terça-feira (12) ou quando 30 mil inscrições forem preenchidas — o que ocorrer primeiro. O projeto tem por objetivo reconhecer e premiar mil estudantes com os melhores desempenhos em uma prova de conhecimentos gerais.

De iniciativa da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, a premiação vai oferecer, ao todo, R\$ 5 milhões. Podem participar alunos de instituições públicas, privadas ou militares, independentemente de cursarem modalidades presencial ou a distância.

Para se inscrever, o estudante deve ser brasileiro e ter iniciado a graduação em 2019. Também precisa ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2017 ou 2018.

Outros requisitos são:

não acumular o prêmio com qualquer bolsa de estudo de outros programas da **Capes**, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou de outras agências de fomento, públicas ou particulares;

não ter débito, de qualquer natureza, com a **Capes**, o CNPq ou outras agências ou instituições de fomento à pesquisa.

### Inscrição

Para se inscrever, o interessado deve acessar o portal do Prêmio. Na página, é preciso clicar em “Primeiro acesso do candidato” e, em seguida, informar CPF, data de nascimento e e-mail pessoal. Após o procedimento, uma senha será criada e enviada ao e-mail informado. O cadastro serve para o candidato acessar o protocolo de participação, a confirmação da inscrição e saber o local de prova. As informações também vão auxiliar na preparação logística da prova.

### Prova

Para testar o nível de conhecimento dos participantes e selecionar os de melhor desempenho, uma prova de 80 questões de múltipla escolha de conhecimentos gerais será aplicada pela **Capes**, por meio da Cesgranrio. A aplicação será realizada em 8 de dezembro, à tarde, em 60 municípios brasileiros, localizados nas 27 unidades da Federação.

O resultado será divulgado no primeiro semestre de 2020. Além de valorizar e premiar

os melhores estudantes, o Prêmio **Capes** Talento Universitário vai subsidiar estudos e pesquisas da **Capes** para a formulação de políticas públicas para a educação superior.

topo ↕

## **R7 - TEMPO REAL**

**Editais abertos para bolsa de doutorado na Alemanha**

**Interessados têm até o dia 20 de dezembro para preencher formulário na internet.**

**Resultado deve sair até maio do ano que vem**

Uma parceria entre a **Capes** (**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**) e o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico abre um edital para a concessão de até 65 bolsas de doutorado. Estão garantidos 84.300 euros anuais para financiamento das bolsas no exterior.

As inscrições podem ser feitas até o dia 20 de dezembro, exclusivamente, pelo formulário na página do programa na internet. Os resultados serão divulgados até maio de 2020 e os bolsistas iniciarão suas atividades a partir de outubro do ano que vem.

O Programa **Capes/DAAD** apoia a formação de professores e pesquisadores e estimula a cooperação acadêmica e o intercâmbio científico entre o Brasil e a Alemanha, contribuindo para a mobilidade entre universidades alemãs e brasileiras.

Das bolsas oferecidas, 30 serão financiadas pela **Capes** em todas as áreas do conhecimento. Destas, até 10 irão para Doutorado Pleno, 17 para Doutorado-Sanduiche e três para Doutorado-Sanduiche com Cotutela.

topo ↕

## **R7 - TEMPO REAL**

**Fies tem novo prazo e pode ser renovado até 30 de novembro**

**Contratos devem ser renovados todo semestre e os prazos são definidos pela Caixa.**

**Confira as orientações sobre o contrato**

Estudantes que têm contratos do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) firmados até o segundo semestre de 2017 têm até o dia 30 de novembro para renovar o financiamento. O prazo, que terminaria no último dia 31, foi prorrogado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Os contratos do Fies devem ser renovados a cada semestre. O pedido de aditamento é feito inicialmente pelas instituições de ensino e, em seguida, os estudantes devem validar as informações inseridas pelas faculdades no SisFies.

No caso dos chamados aditamentos simplificados, sem alterações no contrato, a renovação é formalizada a partir da validação do estudante no sistema.

Quando há, no entanto, mudanças nas cláusulas do contrato, como mudança de fiador, por exemplo, o aluno precisa levar a documentação comprobatória ao agente financeiro, que é o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica Federal, para finalizar a renovação.

Os contratos do Novo Fies, firmados a partir de 2018, têm prazos definidos pela Caixa.

topo ↕

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL**

**Governo abandona ideia de "Lava Jato da Educação"**

Anunciada há oito meses, a Lava Jato da Educação foi enterrada pelo ministro Abraham Weintraub, que assumiu a pasta em abril. A "operação" foi anunciada no início do ano

pelo próprio presidente Jair Bolsonaro como uma das prioridades do seu governo. A ideia era passar um pente-fino nas gestões anteriores do Ministério da Educação (MEC), entre elas a do ex-ministro Fernando Haddad, adversário de Bolsonaro na disputa pelo Palácio do Planalto, no ano passado.

A iniciativa partiu de Ricardo Vélez, então titular do MEC, que assinou um protocolo de intenções com três ministros, incluindo o da Justiça, Sérgio Moro, ex-juiz da Lava Jato. Caberia à Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) identificar eventuais irregularidades em contratos firmados pelo MEC com empresas ou instituições.

O jornal O Estado de S. Paulo apurou, contudo, que essa interação não ocorreu até hoje. A CGU, por exemplo, afirma não ter sido acionada, a exemplo da AGU e do Ministério Público. O prazo previsto no protocolo de trabalho conjunto acaba em três meses e não deve ser renovado.

A falta de resultados destoava do discurso apresentado no início do atual governo, eleito sob a bandeira do combate ao desvio do dinheiro público. Logo que o protocolo foi formalizado, Bolsonaro foi às redes sociais anunciar que o MEC havia apurado "vários indícios de corrupção em gestões passadas" e enaltecer a iniciativa.

"Muito além de investir, devemos garantir que investimentos sejam bem aplicados e gerem resultados. Partindo dessa determinação, o Ministro Professor Ricardo Vélez apurou vários indícios de corrupção no âmbito do MEC em gestões passadas. Daremos início à Lava Jato da Educação!", postou o presidente em seu Twitter, no dia 15 de fevereiro.

O foco da fiscalização eram medidas de governos anteriores como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Nas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, o MEC foi comandado por petistas em quatro ocasiões - além de Haddad, Tarso Genro e Aloizio Mercadante. Este último foi ministro em dois períodos distintos.

## Precipitação

A avaliação da atual cúpula do ministério é de que Vélez cometeu um erro ao anunciar que faria a Lava Jato da Educação. Ao antecipar uma ampla investigação no setor, o então ministro, segundo tem afirmado seu sucessor, alertou empresários e gestores, que podem ter corrido para destruir provas.

Mas essa não é a principal justificativa para a medida ter sido enterrada. A interlocutores, Weintraub também tem dito não concordar em usar o nome da bem sucedida operação de Curitiba. O atual titular da Educação prefere ter uma marca própria. Oficialmente, o MEC afirma que "para qualquer indício de irregularidade constatado, as investigações serão conduzidas pelos órgãos competentes, como CGU, MP e PF".

Em julho, três meses após assumir o MEC, Weintraub suspendeu um acordo de assistência técnica firmado com a Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI), sob o argumento de que havia identificado irregularidades no vínculo jurídico de

consultores. A pasta disse ter encaminhado o material para o Ministério Público, Tribunal de Contas da União e CGU. Até hoje, porém, não houve desdobramento do assunto.

Questionado na época, Weintraub negou que o caso estivesse relacionado à Lava Jato da Educação. "Não estou acusando ninguém de roubo nem de dolo. Quem vai decidir isso são os órgãos competentes", disse na ocasião. O ministério informou ter desembolsado R\$ 178 milhões com o contrato, desde 2008.

Espera

Na época que a Lava Jato da Educação foi anunciada, ações de empresas do setora Bolsa de Valores caíram. Diretor da CM Consultoria, especializada na área, Carlos Antonio Monteiro, diz que o pente-fino em programas do MEC tem o apoio do setor. "Se o dinheiro foi mal-empregado, a sociedade é a primeira interessada a saber", afirmou. Ele cita o Fies, em especial, como um dos programas que mereceriam ser mais bem fiscalizados. Para ele, as suspeitas de irregularidades, uma vez comprovadas, são importantes para correções de curso. (Colaborou Rafael Moraes Moura)

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

## **ISTOÉ DINHEIRO - SP - NEGÓCIOS**

### **O novo tempo da educação bilíngue**

**Redes de ensino de idiomas como CNA, Influx, Yazigi, Wise Up e Wizard já encaram a tecnologia como aliada no aprendizado de uma segunda língua. Saiba o que ainda vem por aí**

A tecnologia virou o cerne de todos os negócios. Não seria diferente com a educação. Na escola do futuro, será cada vez mais comum notar inovações como inteligência artificial e realidade aumentada. Um estudo realizado recentemente pela Pearson, dona das redes de franquias de ensino de idiomas Wizard, Yazigi e Skill, mostra que 83% dos brasileiros consideram que dispositivos inteligentes e aplicativos serão usados para auxiliar alunos num futuro próximo. Além disso, 77% dos entrevistados acreditam que a inteligência artificial tem um impacto positivo para a educação. "A tecnologia de idiomas no aprendizado já é uma realidade", diz Piero Franceschi, vice-presidente de franquias da Pearson no Brasil.

A empresa acaba de investir R\$ 2 milhões para desenvolver, em parceria com a startup Explore Aprendizagem Criativa, um projeto after school para a bandeira Yazigi. Voltado a crianças e adolescentes entre seis e 14 anos, o programa pretende estimular competências como empatia, autonomia, criatividade e o pensamento crítico dos alunos. "Segundo a nossa pesquisa, 48% dos pais entendem que as escolas básicas não preparam seus filhos para o que eles encontram nesse mundo complexo e volátil em que vivemos", diz Franceschi.

A modalidade contará com uma carga horária de oito horas semanais, dividida em dois dias da semana, com aulas bilíngues. Durante esse período, as crianças terão atividades de tecnologia, com montagem e programação de robôs; artes, incluindo a encenação de peças autorais; e atividades físicas que estimulem o desenvolvimento da criatividade e autonomia. A Pearson pretende implantar o projeto em ao menos 50 das 290 unidades da rede Yazigi no País em 2020. Em três anos, toda a rede deverá estar adaptada.

Também há novidades para Wizard, principal bandeira do grupo, com 1.280 pontos

físicos. A rede desenvolveu um novo programa educacional chamado Future 7, que aborda disciplinas de inteligência emocional, educação financeira, mentalidade digital e pensamento lógico. A estratégia é atender as necessidades do público adulto para o mercado de trabalho. “Sentimos que as universidades não oferecem soft skills, ligados a comportamento e comunicação, e os alunos sentem muita falta disso. Por isso, mudamos a forma como pensamos o nosso negócio para atender melhor esse cliente”, diz Fransceschi. “O programa que já está disponível em 600 escolas, mas a ideia é levá-lo para a rede inteira.”

Na rede CNA, a tecnologia vai muito além do ensino: é utilizada até na gestão das franquias. “Hoje, a comunicação entre franqueador e franqueado é totalmente on-line, tanto através de sistemas de gestão como por meio de portal”, afirma Décio Pecin, CEO do CNA. “Isso proporciona uma relação menos atritosa para que o franqueado possa cuidar do que é essencial para ele: a gestão da escola e dos alunos”. Em seus livros didáticos, a empresa também trabalha com QR Code para conectar os alunos até a página da plataforma CNA Net, onde eles podem acessar jogos, ilustrações e textos complementares às atividades trabalhadas no material didático.

“Os jogos são uma parte utilizada, principalmente pelos alunos teen”, afirma Pecin. “Também estamos trabalhando com realidade aumentada nos nossos livros, o que proporciona sensações inovadoras”. Hoje com 585 escolas, a rede pretende chegar à milésima unidade em 2025. O CNA também desenvolveu recentemente um curso de aprendizagem 100% virtual. “São aulas ministradas por professores de verdade, em salas de verdade. Para isso, nós lançamos um portal do aluno extremamente renovado, que parece uma rede social e que entra no ar em janeiro de 2020”, diz o executivo.

Diante de tempos de crescimento econômico inócuo, o setor de educação segue ganhando espaço. No terceiro trimestre deste ano, o mercado de ensino movimentou R\$ 3,2 bilhões, 5% a mais em relação a igual período do ano anterior. Segundo André Friedheim, presidente da Associação Brasileira de Franchising (ABF), as franquias de educação souberam se reinventar, desenvolvendo soluções que integram os canais físico e virtual. “A tecnologia que eles usam é aplicada em várias etapas do processo, incluindo aplicativos, EAD e realidade virtual”, diz. Ainda assim, aprender um segundo idioma continua a ser um desafio. Dados do instituto cultural British Council mostram que apenas 5% da população brasileira sabe se comunicar em inglês, e que apenas 1% o faz isso com fluência. “Como a quantidade de pessoas que domina outra língua ainda é muito pequena, o potencial de crescimento desse mercado é vasto”, afirma Friedheim, da ABF.

**GAsTRONOMIA** A rede de franquias paranaense Influx investiu R\$ 500 mil para desenvolver sua plataforma Seven, um ambiente personalizável onde os alunos podem optar por aprender temas de maior interesse pessoal. Estão disponíveis ferramentas ligadas ao ensino de inglês com base no estudo de áreas como gastronomia, música e arte. “Ele tem um conceito de gamification. Conforme o aluno vai avançando, é como se ele escalasse uma montanha”, compara Leonardo Paixão, CFO e cofundador da Influx. “Os alunos aprendem inglês e espanhol de uma forma lúdica e dentro de um tema sobre o qual têm interesse. Então, o aprendizado fica mais fácil e dinâmico”. A rede passa por um momento de expansão avançada e deve terminar o ano com 170 unidades implantadas – hoje, são 155, sendo três operações próprias. A projeção de faturamento total para a rede este ano é de R\$ 350 milhões, alta de 20% em relação a

2018.

Mesmo diante de assédio de concorrentes, a empresa se mantém firme. Segundo Paixão, há pouco tempo, os empresários Carlos Martins Wizard e Flavio Augusto fizeram, por meio do BTG Pactual, uma proposta de compra da empresa. Para Augusto, CEO e controlador da Wiser Educação, que comprou em 2017 a rede de escolas Number One, a consolidação do mercado será liderada por sua empresa. “Não temos hoje ninguém, além de nós, comprando. Vamos buscar consolidar e escolher as melhores operações para trazer para a nossa holding”, diz Augusto. Na Wise Up, principal bandeira da Wiser Educação, a tecnologia está sendo implementada para a parte de gestão da empresa. Prova disso é que 50% dos atendimentos aos mais de 120 mil alunos da rede são realizados por meio de robôs atualmente. Esses são os sinais de uma tendência inexorável para o mercado de ensino de idiomas no Brasil.

topo ↕

## **CORREIO DO SUL - MG - NOTÍCIAS**

### **Processo seletivo da Unifal continua com inscrições abertas**

A Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL - MG) abre novo Processo Seletivo para seleção de Professor Substituto.

As inscrições podem ser realizadas até às 18h do dia 14 de novembro de 2019 através do site da UNIFAL - MG mediante pagamento de taxa de inscrição de R\$ 90,00.

Objetivo é o preenchimento de uma vaga para Professor na área de Psicologia nas seguintes áreas de atuação: Psicologia aplicada à saúde, Psicologia Geral, Psicologia Social, Psicologia da Educação, Psicologia e Educação, Fundamentos da Educação Inclusiva I, Fundamentos da Educação Inclusiva II, com carga horária de 40 horas semanais, atuação no Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL, remuneração que varia de R\$ 3.600,48 a R\$ 5.831,21 e os requisitos para se inscrever são: Superior em Psicologia com especialização em Psicologia, na Grande Área de Ciências Humanas conforme classificação da CAPES.

Esta seleção será realizada por meio de Prova Escrita, Prova Didática e Prova de Títulos e o prazo de validade deste Processo Seletivo será de um ano podendo ser prorrogado por igual período.

topo ↕

## **DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - ÚLTIMAS**

### **Mães de crianças com microcefalia sofrem de depressão**

#### **Estudo foi realizado com famílias de 165 crianças com a doença**

Em meio ao surto do vírus Zika que impactou milhares de famílias pelo Brasil, entre 2015 e 2016, nasceu a pequena Nicole, em Salvador, na Bahia. Enquanto a mãe Ingrid Graciliano aguardava a chegada da filha, que completa 4 anos este mês, o susto: um diagnóstico de microcefalia. A doença da filha a afetou emocionalmente. Ingrid passou a desenvolver os primeiros sintomas da depressão pela novidade, pela quebra de expectativa e por imaginar os cuidados e a luta que seria criar Nicole.

Hoje, ela é a presidente da Associação de Anjos da Bahia e compara a situação a um luto, o que levou à depressão, doença que atinge muitas mães e cuidadoras de crianças afetadas pela síndrome congênita do Zika. “A depressão veio depois que eu tive Nicole e se potencializou ainda mais. Olhava para ela e via que não me acompanhava com o olhar porque tinha baixa visão, né. Aquilo me doía muito. Eu amamentava e ela não

olhava pra mim. Não é um luto passageiro, é um luto eterno porque a gente sempre vai procurando aquela criança que a gente sonhou”, disse.

Segundo ela, a situação da filha gera um desgaste psicológico muito grande. “Eu me separei do meu marido, tive um quadro de depressão muito crítico, pensamentos suicidas, comecei a tomar ansiolítico. Tinha uma vida plena antes, trabalhava, estudava e não poderia me colocar no mercado de trabalho porque tinha de cuidar daquela criança ali.”

Ingrid disse também que a falta de apoio familiar e suporte de políticas públicas para os cuidadores das crianças influencia no agravamento do quadro depressivo. Segundo a presidente da associação, quase 80% das crianças afetadas pelo Zika foram deixadas pelo pai e dez mães da associação já tentaram suicídio.

“É preciso cuidar de quem cuida”. É o que defende, com unhas e dentes, a psiquiatra Darci Neves, também epidemiologista e professora do instituto de saúde coletiva da Universidade Federal da Bahia, depois que realizou um estudo preliminar sobre quem cuida das crianças afetadas pelo vírus. “A expectativa de uma família perante algo tão inusitado como foi a síndrome congênita do Zika, nos fez pensar que pudessemos aliviar esse sofrimento. Pensamos em cuidar de quem cuida. Se isso não for feito, a criança também não é beneficiada”, afirmou a médica.

Segundo a psiquiatra, o estudo foi realizado com famílias de 165 crianças que foram impactadas, de alguma forma, com o surto do zika vírus, entre 2015 e 2016, em Salvador. O resultado, de acordo com ela, era previsto na literatura médica, mas a confirmação de que uma a cada três pessoas que cuidam dessas crianças apresentam diagnóstico de depressão. E a maior parte, 90%, é de mães.

Para a especialista, a síndrome congênita do Zika vírus gera o fator surpresa na família e ocasiona o estresse que pode levar à depressão. Além disso, ela considera necessária a elaboração de políticas públicas que deem suporte a quem cuida dos pequenos, principalmente as mães.

## Estudo

Com o título Desenvolvimento Infantil na Comunidade, a equipe que a médica coordena acompanhou as 165 crianças de até 3 anos de idade, em Salvador. Todas foram afetadas, de alguma forma, pelo surto do Zika: podendo ser microcefalia, hidrocefalia ou sem interferência na aparência do bebê, mas de caráter neurológico.

Nessa avaliação sobre o desenvolvimento dessas crianças, a pesquisa analisou três fatores: cognição, motricidade e linguagem. No fim das contas, o estudo aponta uma idade mental de 1 ano de idade, em crianças de 3 anos. “Há muitas outras alterações neurológicas que não necessariamente acontecem na cabeça. Essas alterações que atingiram o cérebro da criança tem um poder de dano muito grande. Observamos que as funções cognitivas estão abaixo do que disseram. A gente encontrou esses percentuais elevados para funções cognitivas, para a função motora e de linguagem”, disse Darci.

No desenvolvimento motor, por exemplo, foi avaliada a capacidade de agarrar objetos, andar e pular. Em mais de 80% das crianças avaliadas apresentaram atraso, em relação a outras crianças da mesma idade. A capacidade cognitiva, como percepção, memória e

raciocínio foi afetada pelo Zika em 79% dos pequenos. E quanto à linguagem, o estudo revelou um atraso em relação à idade em 78% das crianças avaliadas.

Foi na capital baiana que o vírus da doença foi identificado pela primeira vez, em 2015, em pacientes infectados. A microcefalia se tornou a complicação mais conhecida em bebês de mães que tiveram o vírus Zika, mas existem outras complicações, como problemas motores e neurológicos que podem afetar a visão, a audição e o desenvolvimento da criança.

Cerca de 60% das mães participaram da pesquisa, coordenada pela professora da UFBA, Darci Neves, com financiamento de agências de pesquisa **Capes** e CNPq e do Ministério da Saúde. Caso o financiamento seja mantido, o próximo passo do estudo é analisar o desenvolvimento dessas crianças na fase escolar, nos próximos anos. Só assim vai ser possível embasar a elaboração de políticas públicas às crianças e familiares afetados pelo Zika.

topo ↕

## DIÁRIO DO NORDESTE - CE - ÚLTIMA HORA

### **Molécula preservada de dinossauro é encontrado em fóssil da Chapada do Araripe, no Ceará**

**O material genético responsável pela melanina foi identificada na crista de um pterossauro voador. Pesquisadores afirmam, contudo, que “isso ainda é muito distante de Jurassic Park”**

O fóssil encontrado pertence a um pterossauro voador de tamanho médio, com aproximadamente três metros de envergadura e uma crista alta na cabeça. Reprodução/ Museu Nacional do Rio de Janeiro

Moléculas bem preservadas de um fóssil datado de 110 milhões de anos foram localizadas na região do Araripe, sul do Ceará. A descoberta faz parte de um estudo foi publicado nesta segunda-feira (4) na revista científica Scientific Reports, do grupo Nature. A molécula é responsável pela pigmentação de seres vivos.

O fóssil encontrado pertence a um *Tupandactylus*, um pterossauro voador de tamanho médio, com aproximadamente três metros de envergadura e uma crista alta na cabeça, utilizada, entre outras coisas, para atrair parceiros, segundo os estudiosos. O bom estado de conservação do material foi comemorado pelos pesquisadores. "Parece que o pterossauro morreu ontem", relatou Felipe Pinheiro, paleontólogo da Universidade Federal de Pampa (Unipampa, no Rio Grande do Sul), responsável pela descoberta.

Felipe e Gustavo Prado, do Instituto de Geociência da Universidade de São Paulo (USP), lideraram as pesquisas junto a cientistas de diversos países, como Japão e Estados Unidos. O estudo foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

“Isso ainda é muito distante de Jurassic Park”, brincaram as pesquisadores em uma notícia publicada pelo jornal da Universidade de São Paulo (USP). Outros fósseis de *Tupandactylus* já foram encontrados na Chapada do Araripe, mas este preservou bem a crista do animal. Entretanto, ainda não é possível definir a cor deste pterossauro.

“A melanina é uma das moléculas mais resistentes aos processos de fossilização.

Enquanto os outros compostos são degradados com o passar do tempo, esse pigmento resiste de forma mais ou menos intacta”, explica Gustavo Prado, especialista em pigmentos fossilizados.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Pesquisador da Unesp desenvolve aparelho que funciona como laboratório de exames portátil**

**Startup criada em Araraquara para aperfeiçoar biossensor recebeu aporte milionário. Dispositivo deverá estar no mercado em três anos.**

Por G1 São Carlos e Araraquara

Um pesquisador do Instituto de Química da Unesp de Araraquara (SP) desenvolveu um biossensor que pode fazer diversas medições por meio de uma gota de sangue e pode funcionar como um laboratório portátil de exames.

O aparelho é acoplado ao celular, onde aparecem os resultados das medições feitas no sangue.

“A gente se baseou no conceito do glicosímetro, que mede a glicose e hoje é disponível na casa das pessoas. A ideia é universalizar para fazer a medida de qualquer biomarcador”, explicou Paulo Roberto Bueno.

O objetivo é disponibilizar o aparelho em todos os consultórios médicos e diminuir o tempo de espera dos diagnósticos, simplificando e barateando os exames.

### Parceria e investimento

A pesquisa foi feita em parceria com a universidade de Oxford, na Inglaterra, onde o pesquisador passou um período, em 2011, aprendendo a fazer biossensores com um químico inglês, parceiro no projeto.

Juntos, decidiram usar a análise molecular dos biossensores para construir um dispositivo de diagnóstico barato e portátil que funcionasse como um laboratório clínico em miniatura.

### Investimento

Para desenvolver o aparelho, o pesquisador montou a startup Osler Diagnostics, que já recebeu um aporte de 38 milhões de libras, cerca de R\$ 200 milhões.

Com a tecnologia será possível detectar doenças em estágios iniciais, antes mesmo do aparecimento dos sintomas.

“Quanto maior a sensibilidade de um dispositivo em uma abordagem clínica, mais fácil você consegue diagnosticar essa doença precocemente, e o médico pode oferecer um tratamento mais eficaz ao paciente”, afirmou o pós-doutorando da Unesp Adriano Santos, que recebeu o prêmio **Capex** de 2018, pelo estudo do uso do biossensor no diagnóstico de doenças como câncer de próstata e trombose.

A meta da startup é comercializar o aparelho em três anos e melhorá-lo para que possa ser usado em casa pelo paciente, que depois enviará os resultados para o celular do médico.

“A gente mostrou que era possível fazer esse dispositivo e agora o que está se buscando fazer é torna-lo um produto regulamentado no mercado”, afirmou Bueno.

Veja mais notícias da região no G1 São Carlos e Araraquara.

topo ↕

## JORNAL DA USP - SP - GERAL

**Deixar de investir em educação e ciência não é economia, é falta de visão**  
**Presidente da Câmara dos Deputados e líderes da casa escrevem artigo para criticar fusão de Capes e CNPq e o corte verbas as bolsas de fomento a pesquisa**  
“É falsa a ideia de que a fusão da Capes e do CNPq otimizará a gestão do fomento científico ou geraria ganhos operacionais. Capes e CNPq são instituições com missões diferentes e complementares”, este é o título do artigo publicado nesta terça-feira, 05/11, pelo jornal O Globo, assinado pelo presidente da Câmara dos deputados, Rodrigo Maia, e líderes da casa. O Jornal da USP no ar reproduziu o texto onde seus autores comparam a situação econômica Brasil e China, e como a pesquisa e desenvolvimento fizeram desse país [China] o segundo no mundo que mais reserva dinheiro para a área de ciência e tecnologia.

Quem assina o artigo: Rodrigo Maia (presidente da Câmara dos Deputados); e as lideranças Alessandro Molon (líder da oposição); Aguinaldo Ribeiro (da maioria); Jandira Feghali (da minoria); Paulo Pimenta (PT); Wellington Roberto (PL); Arthur Lira (PP); André de Paula (PSD); Baleia Rossi (MDB); Tadeu Alencar (PSB); Carlos Sampaio (PSDB); Jhonatan de Jesus (Republicanos); André Figueiredo (PDT); Elmar Nascimento (DEM); Augusto Coutinho (Solidariedade); Pedro Lucas Fernandes (PTB); José Nélto (Podemos); Ivan Valente (PSOL); André Ferreira (PSC); Daniel Almeida (PCdoB); Leandre (PV); Joenia Wapichana (Rede)

topo ↕

## METRÓPOLES - TEMPO REAL

**Bolsonaro anuncia liberação de R\$ 250 milhões para bolsas do CNPq**  
**Para o presidente, o investimento é sinônimo de "crescimento". Recursos foram possíveis com aprovação de lei pelo Congresso e portarias**  
O presidente Jair Bolsonaro anunciou nesta segunda-feira (04/11/2019) a liberação de recursos para garantir o pagamento, até o fim do ano, de 100% das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Para o presidente, o investimento é sinônimo de “crescimento”. “Organização e enxugamento dos gastos gigantescos do passado para focar aonde (sic) podemos crescer. Foram R\$ 250 milhões: importância da comunidade científica nacional”, escreveu no Twitter.

Há duas semanas, em 17 de outubro, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) já havia anunciado que os recursos estão garantidos até o fim do ano. Do total, R\$ 93 milhões foram disponibilizados por meio do Projeto de Lei 41, aprovado pelo Congresso Nacional, e R\$ 156,9 milhões por meio de portaria assinada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, na semana passada.

O MCTIC informou que são quase 80 mil bolsistas beneficiados atuando em diferentes áreas de pesquisa. E, para 2020, já foi garantido o mesmo orçamento deste ano para o conselho. Além das bolsas, o CNPq custeia projetos de pesquisa feitos em instituições de ensino superior e centros de investigação.

O CNPq é direcionado para a pesquisa científica e tecnológica. A entidade investe na formação específica de pesquisadores que poderão contribuir para o progresso e a inovação.

O @MinEconomia liberou recursos garantindo 100% das bolsas do @CNPq\_Oficial . Organização e enxugamento dos gastos gigantescos do passado para focar aonde podemos crescer. Foram R\$ 250 milhões: importância da comunidade científica nacional. @mctic . Continuaremos! @jorgeofco  
— Jair M. Bolsonaro (@jairbolsonaro) 4 de novembro de 2019

## Disputa interna

Nos bastidores do governo federal, dois ministros disputam o controle do CNPq. O órgão de pesquisa foi criado há quase sete décadas e vive agora um dos seus momentos de maior instabilidade.

Chefe do MCTIC, o astronauta Marcos Pontes quer manter o CNPq sob seu guarda-chuva. Do outro lado da Esplanada, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, tenta assumir o comando do órgão. Em jogo, um orçamento bilionário.

A principal ideia do Ministério da Educação (MEC) é fundir o CNPq com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, que já pertence à pasta de Weintraub.

Tanto o CNPq quanto a **Capes** concedem

topo ↕

## MISERIA - TEMPO REAL

### **Molécula preservada de dinossauro é encontrado em fóssil da Chapada do Araripe, no Ceará**

O fóssil encontrado pertence a um pterossauro voador de tamanho médio, com aproximadamente três metros de envergadura e uma crista alta na cabeça (Foto: Reprodução/Museu Nacional do Rio de Janeiro)

Moléculas bem preservadas de um fóssil datado de 110 milhões de anos foram localizadas na região do Araripe, sul do Ceará. A descoberta faz parte de um estudo foi publicado nesta segunda-feira (4) na revista científica Scientific Reports, do grupo Nature. A molécula é responsável pela pigmentação de seres vivos.

O fóssil encontrado pertence a um Tupandactylus, um pterossauro voador de tamanho médio, com aproximadamente três metros de envergadura e uma crista alta na cabeça, utilizada, entre outras coisas, para atrair parceiros, segundo os estudiosos. O bom estado de conservação do material foi comemorado pelos pesquisadores. "Parece que o pterossauro morreu ontem", relatou Felipe Pinheiro, paleontólogo da Universidade Federal de Pampa (Unipampa, no Rio Grande do Sul), responsável pela descoberta.

Felipe e Gustavo Prado, do Instituto de Geociência da Universidade de São Paulo (USP), lideraram as pesquisas junto a cientistas de diversos países, como Japão e Estados Unidos. O estudo foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

“Isso ainda é muito distante de Jurassic Park”, brincaram as pesquisadoras em uma notícia publicada pelo jornal da Universidade de São Paulo (USP). Outros fósseis de *Tupandactylus* já foram encontrados na Chapada do Araripe, mas este preservou bem a crista do animal. Entretanto, ainda não é possível definir a cor deste pterossauro.

“A melanina é uma das moléculas mais resistentes aos processos de fossilização. Enquanto os outros compostos são degradados com o passar do tempo, esse pigmento resiste de forma mais ou menos intacta”, explica Gustavo Prado, especialista em pigmentos fossilizados.

Fonte: Diário do Nordeste

topo ↕

## **FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL**

### **MEC levará internet a 24,5 mil escolas públicas**

#### **Para viabilizar o programa, a pasta repassará R\$ 82,6 milhões**

O Ministério da Educação (MEC) levará internet a 24,5 mil escolas públicas urbanas pelo programa Educação Conectada. De acordo com a pasta, isso significa que 56% das escolas públicas passarão a estar conectadas no país. A medida deverá beneficiar 11,6 milhões de estudantes.

Para viabilizar o programa, a pasta repassará R\$ 82,6 milhões. Esse dinheiro chegará por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A expectativa, de acordo com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, é que as escolas já tenham acesso à internet no primeiro semestre de 2020.

"O ensino hoje no mundo sem estar conectado à internet é um absurdo", disse Weintraub. Além de repassar recursos para conectar novas escolas, a pasta repassará também R\$ 32 milhões para a manutenção do programa em 9,9 mil escolas já atendidas.

O objetivo do programa, de acordo com o secretário de Educação Básica do MEC, Janio Macedo, é "tornar a educação mais atrativa tanto para o ensino fundamental quanto para o médio, colaborando dessa forma para reduzir a evasão dos nossos alunos e por via de consequência, a melhoria no nosso ensino e aprendizagem dos alunos".

O acesso à internet possibilitará, segundo a pasta, a formação de professores por meio do ambiente virtual de aprendizagem do MEC, chamado de Avamec. Em 2019, mais de 100 mil docentes concluíram cursos pela plataforma.

A previsão do MEC é que cerca de 9,7 mil escolas sejam beneficiadas em 1,4 mil municípios na Região Sudeste; 7 mil escolas em 1,5 mil municípios na Região Nordeste; 1,7 mil escolas em 257 municípios na Região Norte; 1,8 mil escolas em 319 municípios na Região Centro-Oeste; e 4,2 mil escolas em 1 mil municípios da Região Sul.

Segundo Weintraub, a menor quantidade de escolas a serem atendidas na Região Norte deve-se à dificuldade de acesso por terra. As escolas na região são mais beneficiadas por internet via satélite, que não é o foco do programa.

## Adesão

Os gestores estaduais e municipais de educação têm até a próxima sexta-feira (8) para confirmar as escolas a receber conexão. A escolha deve ser realizada pelo Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec – Módulo Educação Conectada), e pelo PDDE Interativo (módulo Educação Conectada), ferramenta de apoio à gestão escolar, ambos do MEC.

A velocidade da internet, segundo a pasta, depende da velocidade ofertada na região, mas o MEC disse que garante a melhor oferta disponível.

O Educação Conectada tem o objetivo de apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica.

Para receber a conexão de internet, as instituições públicas precisam ter número de matrículas maior que 14 alunos; ter, no mínimo, três computadores para uso pelos alunos; e, ter, no mínimo, um computador para uso administrativo e pelo menos uma sala de aula em funcionamento.

topo ↕

## **OESTE GOIANO - TEMPO REAL**

**UEG intensifica chamada de alunos para o seu Vestibular mostrando a gratuidade, qualidade e a importância de cada curso**

**CAMPANHA CHAMA INTERESSADOS PARA OS CURSOS DA UNIDADE DE IPORÁ DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG). AS INSCRIÇÕES VÃO SÓ ATÉ 11 DE NOVEMBRO, PRÓXIMA SEGUNDA-FEIRA.**

O que se propaga é que a Universidade Estadual de Goiás - Câmpus de Iporá - é uma das melhores instituições de ensino do País, com excelentes notas na Avaliação do MEC. Que ela oferece 6 cursos de graduação sem nenhuma mensalidade.

Há 30 anos a UEG produz conhecimento e transforma vidas! A mensagem desta Universidade lembra que na instituição o acadêmico tem a oportunidade de fazer Pesquisas orientadas por Mestres e Doutores, que publicam livros e artigos, nacional e internacionalmente. Além de participar de projetos de Extensão: no Centro de Idiomas, no Centro de Excelência em Matemática; na Estação Meteorológica; no Viveiro de Mudanças nativas do Cerrado; na formação em Cerimonial; na Diversidade e Cultura; no Direito para crianças, e muito mais!

Conheça um pouco dos 6 Cursos. Todos eles zelam pela sólida formação técnico-científica e profissional dos acadêmicos.

### • CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Biologia é uma profissão voltada para o estudo das diferentes formas de vida e suas interações. O curso aborda diversas matérias ligadas à biologia, como Botânica, Zoologia, Anatomia Humana, Microbiologia, Genética e Biodiversidade, entre outras. Para se tornar um biólogo, o estudante tem uma rotina de aulas teóricas, em laboratório e no campo.

Áreas de atuação

Além da área de educação, o biólogo pode atuar em empresas públicas e privadas e nos mais diferentes ramos como, por exemplo, no manejo e recuperação de áreas naturais e degradadas, em zoológicos, em diferentes áreas relativas à saúde e até produção e processamento de alimento.

## • DIREITO

O Curso de Direito oferece uma sólida formação acadêmica no campo das ciências jurídicas que possibilitará a aprovação em diversos concursos públicos.

Áreas de atuação

A área de atuação é bastante ampla: Direito privado, Docência, Procurador, Promotor de justiça, Defensor público, Juiz, Desembargador, Delegado e Advogado, entre outras.

## • GEOGRAFIA

Já pensou entender tudo que acontece ao seu redor e fazer disso a sua profissão? No curso de Geografia você vai entender como funciona a sociedade e como ela interage com o meio ambiente.

Áreas de atuação

Geoprocessamento, Hidrogeografia, Biogeografia, Geografia da Saúde, Climatologia, Geografia Urbana e Agrária, Demografia, Geomorfologia, Cartografia, Geografia política e cultural, Políticas públicas e educacionais.

## • HISTÓRIA

Consistente formação na área dos conhecimentos específicos de História, compreensão crítica do processo histórico na sua mais ampla complexidade, capacidade de estabelecer relações efetivas entre conhecimento histórico e pedagógico e realidade sociocultural, econômica e política global.

Áreas de atuação

Possibilidade de atuação ampla em escolas, centros de pesquisa e órgãos públicos.

## • LETRAS

O curso de Letras da UEG/Iporá é uma grande viagem ao universo da língua portuguesa e da língua inglesa. Nele, você vai conhecer toda a evolução e o contexto sociocultural das línguas, a gramática e os estudos literários. É uma graduação para quem gosta de ler, escrever, criar, questionar e produzir. Nosso centro de idiomas é referência, além do PIBID de língua portuguesa com professor coordenador bolsista **CAPES**.

Áreas de atuação:

Docente, tradutor, intérprete, revisor, redator, produtor de material didático, escritor

## • MATEMÁTICA

A matemática é uma área de saber imprescindível para a vida. Com o sólido conhecimento adquirido no curso de Matemática, os concluintes têm uma alta taxa de aprovação em concursos.

Áreas de atuação

Docência, Design de produtos, Gerenciamento ambiental, Ciências computacionais, Economia, Mercado financeiro, dentro outras.

Não deixe para o último dia!

Faça a sua inscrição no Vestibular em: [www.estudeconosco.ueg.br](http://www.estudeconosco.ueg.br)  
até o dia 11 de novembro de 2019.

topo ↕

## TERRA - TEMPO REAL

### Estudo da Conab mostra perdas no transporte de grãos até os portos

São Paulo, 5 - O Brasil perde no transporte de grãos das rodovias até os portos 0,13% do arroz, 0,17% do trigo e 0,10% do milho que exporta. Os dados são de pesquisa realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

As perdas são causadas pelas más condições das rodovias, precariedade da frota de caminhões e imprudência de motoristas.

O estudo apurou também que o arroz, cuja maior produção nacional tem origem nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins, tem uma variação de 1,5 a 4% de perdas na armazenagem em silos.

Os pesquisadores destacaram, no entanto, a boa conservação sanitária dos grãos tanto nos segmentos de armazenagem quanto na industrialização e comercialização.

Já para o trigo, a apuração chegou a um índice médio mensal obtido de quebra técnica nos grãos, calculado por meio de amostragens, de 0,43% para silos de alvenaria e de 0,11% para os metálicos.

O estudo completo será divulgado nesta terça-feira, 5, durante o Seminário sobre Eficiência e Redução de Perdas no Armazenamento e Transporte de Grãos no Brasil, em Curitiba.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Governo abandona ideia de "Lava Jato da Educação"

Brasília

Anunciada há oito meses, a Lava Jato da Educação foi enterrada pelo ministro Abraham Weintraub, que assumiu a pasta em abril. A "operação" foi anunciada no início do ano pelo próprio presidente Jair Bolsonaro como uma das prioridades do seu governo. A ideia era passar um pente-fino nas gestões anteriores do Ministério da Educação (MEC), entre elas a do ex-ministro Fernando Haddad, adversário de Bolsonaro na disputa pelo Palácio do Planalto, no ano passado.

A iniciativa partiu de Ricardo Vélez, então titular do MEC, que assinou um protocolo de intenções com três ministros, incluindo o da Justiça, Sérgio Moro, ex-juiz da Lava Jato. Caberia à Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) identificar eventuais irregularidades em contratos firmados pelo MEC com empresas ou instituições.

O jornal O Estado de S. Paulo apurou, contudo, que essa interação não ocorreu até hoje. A CGU, por exemplo, afirma não ter sido acionada, a exemplo da AGU e do Ministério Público. O prazo previsto no protocolo de trabalho conjunto acaba em três meses e não deve ser renovado.

A falta de resultados destoava do discurso apresentado no início do atual governo, eleito sob a bandeira do combate ao desvio do dinheiro público. Logo que o protocolo foi formalizado, Bolsonaro foi às redes sociais anunciar que o MEC havia apurado "vários indícios de corrupção em gestões passadas" e enaltecer a iniciativa.

"Muito além de investir, devemos garantir que investimentos sejam bem aplicados e gerem resultados. Partindo dessa determinação, o Ministro Professor Ricardo Vélez apurou vários indícios de corrupção no âmbito do MEC em gestões passadas. Daremos início à Lava Jato da Educação!", postou o presidente em seu Twitter, no dia 15 de fevereiro.

O foco da fiscalização eram medidas de governos anteriores como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Nas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, o MEC foi comandado por petistas em quatro ocasiões - além de Haddad, Tarso Genro e Aloizio Mercadante. Este último foi ministro em dois períodos distintos.

## Precipitação

A avaliação da atual cúpula do ministério é de que Vélez cometeu um erro ao anunciar que faria a Lava Jato da Educação. Ao antecipar uma ampla investigação no setor, o então ministro, segundo tem afirmado seu sucessor, alertou empresários e gestores, que podem ter corrido para destruir provas.

Mas essa não é a principal justificativa para a medida ter sido enterrada. A interlocutores, Weintraub também tem dito não concordar em usar o nome da bem sucedida operação de Curitiba. O atual titular da Educação prefere ter uma marca própria. Oficialmente, o MEC afirma que "para qualquer indício de irregularidade constatado, as investigações serão conduzidas pelos órgãos competentes, como CGU, MP e PF".

Em julho, três meses após assumir o MEC, Weintraub suspendeu um acordo de assistência técnica firmado com a Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI), sob o argumento de que havia identificado irregularidades no vínculo jurídico de consultores. A pasta disse ter encaminhado o material para o Ministério Público, Tribunal de Contas da União e CGU. Até hoje, porém, não houve desdobramento do assunto.

Questionado na época, Weintraub negou que o caso estivesse relacionado à Lava Jato da Educação. "Não estou acusando ninguém de roubo nem de dolo. Quem vai decidir isso são os órgãos competentes", disse na ocasião. O ministério informou ter desembolsado R\$ 178 milhões com o contrato, desde 2008.

Espera

Na época que a Lava Jato da Educação foi anunciada, ações de empresas do setora Bolsa de Valores caíram. Diretor da CM Consultoria, especializada na área, Carlos Antonio Monteiro, diz que o pente-fino em programas do MEC tem o apoio do setor. "Se o dinheiro foi mal-empregado, a sociedade é a primeira interessada a saber", afirmou. Ele cita o Fies, em especial, como um dos programas que mereceriam ser mais bem fiscalizados. Para ele, as suspeitas de irregularidades, uma vez comprovadas, são importantes para correções de curso. (Colaborou Rafael Moraes Moura)

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Mães de crianças com microcefalia sofrem de depressão

Agência Brasil

Em meio ao surto do vírus Zika que impactou milhares de famílias pelo Brasil, entre 2015 e 2016, nasceu a pequena Nicole, em Salvador, na Bahia. Enquanto a mãe Ingrid Graciliano aguardava a chegada da filha, que completa 4 anos este mês, o susto: um diagnóstico de microcefalia. A doença da filha a afetou emocionalmente. Ingrid passou a desenvolver os primeiros sintomas da depressão pela novidade, pela quebra de expectativa e por imaginar os cuidados e a luta que seria criar Nicole.

Hoje, ela é a presidente da Associação de Anjos da Bahia e compara a situação a um luto, o que levou à depressão, doença que atinge muitas mães e cuidadoras de crianças afetadas pela síndrome congênita do Zika. "A depressão veio depois que eu tive Nicole e se potencializou ainda mais. Olhava para ela e via que não me acompanhava com o olhar porque tinha baixa visão, né. Aquilo me doía muito. Eu amamentava e ela não olhava pra mim. Não é um luto passageiro, é um luto eterno porque a gente sempre vai procurando aquela criança que a gente sonhou", disse.

